

**PROPOSTA  
DA  
ADMINISTRAÇÃO**

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA  
2018**

---

## ÍNDICE

I. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 24/04/2018 .....	2
II. DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/2009).....	3
III. COMENTÁRIO DOS DIRETORES NOS TERMOS DO ÍTEM 10 DO ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/2009.....	9
IV. DADOS DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL, INDICADOS À ELEIÇÃO, CONFORME OS ITENS 12.5 A 12.10 DO ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM 480/2009 .....	25
V. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL, CONFORME ARTIGO 13 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/2009 .....	38



EMAE – EMPRESA METROPOLITANA  
DE ÁGUAS E ENERGIA S.A.  
COMPANHIA ABERTA  
C.N.P.J N° 02.302.101/0001-42  
N.I.R.E. 35.3.001.532.4-3

**EMAE – EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A.  
COMPANHIA ABERTA  
C.N.P.J N° 02.302.101/0001-42  
N.I.R.E. 35.3.001.532.4-3**

A Administração da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (“Companhia” e/ou “EMAE”) apresenta aos Srs. Acionistas a presente proposta contendo as informações exigidas pela Instrução n° 481 da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), de 17 de dezembro de 2009, e alterações posteriores, relacionadas à Assembleia Geral Ordinária da Companhia (“AGO”) a se realizar no dia 24 de abril de 2018, às 10h00, na sua sede, localizada na Av. Nossa Senhora do Sabará, 5312, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Conforme previsto no Edital de Convocação para a AGO, serão deliberadas as seguintes matérias: I. Relatório Anual da Administração e Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício de 2017, acompanhados dos Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal; II. Proposta de destinação de resultados e distribuição de dividendos aos acionistas; III. Eleição de membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal; e IV. Eleição de membro independente para compor o Conselho de Administração da Companhia; e V. Fixação da remuneração dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal e dos Comitês.

Apresentaremos a seguir a proposta da administração da Companhia com relação a cada um dos itens da ordem do dia da AGO.

## **I. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 24/04/2018**

O Conselho de Administração da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. submete à apreciação da Assembleia Geral, na forma estatutária e nos termos do artigo 131, da Lei 6.404/76, as seguintes propostas para exame e deliberação:

### **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

1. Relatório Anual da Administração e Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício de 2017, acompanhados dos Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal;
2. Proposta de destinação de resultados e distribuição de dividendos aos acionistas;
3. Eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal;
4. Eleição de membro independente para compor o Conselho de Administração da Companhia; e
5. Fixação da remuneração dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal e dos Comitês.

Os documentos pertinentes às matérias que serão apreciadas na Assembleia Geral Ordinária estão à disposição dos senhores acionistas na sede da Empresa e na página da área de relações com investidores da Empresa, na rede mundial de computadores ([www.emae.com.br/ri](http://www.emae.com.br/ri)) e nas páginas da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ([www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br)), na forma definida pela Instrução CVM nº 481/2009.

A comprovação da condição de acionista poderá ocorrer a qualquer momento até a abertura dos trabalhos da assembleia geral, mediante a apresentação de documento de identidade, do comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais informando o respectivo número e, no caso de constituição de procurador, do competente instrumento de mandato com firma reconhecida e outorgado há menos de um ano.

São Paulo, 02 de abril de 2018

**MARIO ENGLER PINTO JUNIOR**  
Presidente do Conselho de Administração

## II. DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM n° 481/2009)

### 1. Lucro líquido do exercício.

A Companhia encerrou o exercício de 2017 com lucro líquido de R\$ 119.145.725,21. Do lucro líquido foi destinado R\$ 5.957.286,26 para a reserva legal e R\$ 28.297.109,74 destinados para pagamento do dividendo mínimo, os quais, acrescidos da parcela realizada da reserva de lucros a realizar constituída em períodos anteriores, no valor de R\$ 4.982.579,79, resultam na proposta de distribuição de dividendos aos acionistas no montante de R\$ 33.279.689,53.

### 2. Montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

Conforme descrito no item 1 (um) acima, foi proposta a destinação de dividendos aos acionistas de R\$ 28.297.109,74, correspondentes ao dividendo mínimo, acrescidos da parcela realizada de lucros a realizar constituída em anos anteriores no valor de R\$ 4.982.579,79.

Proposta para distribuição de dividendos	R\$ 33.279.689,53
--	-------------------

#### Dividendos por ação:

Ordinárias	R\$ 0,84959
Preferenciais	R\$ 0,93455

#### Dividendos por classe de ação:

Ordinárias	R\$ 12.493.603,87
Preferenciais	R\$ 20.786.085,66

### 3. Percentual do lucro líquido do exercício distribuído.

A proposta de distribuição de dividendos corresponde a 27,96% do lucro líquido do exercício.

### 4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

<b>Exercício findo em 2016</b>	<b>R\$ 1.850.411,47</b>
--------------------------------	-------------------------

#### Valor por ação:

Ordinárias	R\$ 0,04723
Preferenciais	R\$ 0,05196

**Exercício findo em 2015** **R\$ 3.132.168,32**

Valor por ação:

Ordinárias R\$ 0,07996

Preferenciais R\$ 0,08795

**Exercício findo em 2014**

Não houve distribuição de dividendos com base em lucro de anos anteriores

**5. Valores, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**

**a. Valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe:**

O valor bruto dos dividendos propostos sobre o lucro do exercício findo em 31/12/2017 é R\$ 33.279.689,53, sendo:

Dividendos por ação:

Ordinárias R\$ 0,84959

Preferenciais R\$ 0,93455

Dividendos por classe de ação:

Ordinárias R\$ 12.493.603,87

Preferenciais R\$ 20.786.085,66

**b. Forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio:**

Prazo para pagamento dos dividendos: 30/11/2018.

Os dividendos devem ser pagos em uma única parcela.

**c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio**

Os dividendos propostos não terão incidência de atualização e juros até a data prevista para seu pagamento.

**d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento**

A data da declaração será a data da AGO, 24 de abril de 2018.

**6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores**

**a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados**

Não houve pagamento de dividendos intermediários.

**b. Informar a data dos respectivos pagamentos**

Não houve pagamento de dividendos intermediários.

**7. Tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**

**a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores**

Exercício	Lucro ou (prejuízo) R\$	Lucro ou (prejuízo) por ação em R\$	
		ON	PN
2017	119.145.725,21	3,04166	3,34583
2016	54.979.566,13	1,40357	1,54393
2015	59.790.232,72	1,52638	1,67902
2014	(27.163.099,22)	(0,69344)	(0,76279)

**b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores**

Exercício	Provento	Deliberação	Data de Pagamento	Espécie das Ações	Montante do Provento Aprovado (R\$)	Valor do provento aprovado por ação
2017	Dividendo	AGO 24/04/2018	30/11/2018	Ordinária	12.493.603,87	0,84959
	Dividendo	AGO 24/04/2018	30/11/2018	Preferencial	20.786.085,66	0,93455
	TOTAL				33.279.689,53	
2016	Dividendo	AGO 26/04/2017	30/11/2017	Ordinária	5.977.669,97	0,40650
	Dividendo	AGO 26/04/2017	30/11/2017	Preferencial	9.945.277,71	0,44715
	TOTAL				15.922.947,68	
2015	Dividendo	AGO 26/04/2016	29/11/2016	Ordinária	1.362.427,56	0,09265
	Dividendo	AGO 26/04/2016	29/11/2016	Preferencial	2.266.722,73	0,10191
	TOTAL				3.629.150,29	
2014	<b>Não houve dividendo nem juro sobre capital próprio</b>					

Obs.: 2017 – Valores sujeitos a aprovação na AGO convocada para 24/04/2018.

**8. Havendo destinação de lucros à reserva legal.**

**a. Identificar o montante destinado à reserva legal**

Foi destinado à reserva legal o montante de R\$ 5.957.286,26, correspondente a 5% do lucro líquido do exercício.

**b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal**

Calculada em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação.

**9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos**

**a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos**

Não aplicável. A Companhia não possui ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

**b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos**

Não aplicável.

**c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa**

Não aplicável

**d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais**

Não aplicável.

**e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe**

Não aplicável.

**10. Em relação ao dividendo obrigatório**

**a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto**

Do lucro líquido do exercício, após as deduções determinadas ou admitidas em lei, será distribuído um dividendo obrigatório de, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento), assegurando às ações preferenciais a vantagem de percepção de dividendos 10 % (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

**b. Informar se ele está sendo pago integralmente**

Sim.

**c. Informar o montante eventualmente retido**

Não aplicável

**11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia**

**a. Informar o montante da retenção**

Não houve.

**b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos.**

Não aplicável

**c. Justificar a retenção dos dividendos**

Não aplicável

**12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências**

**a. Identificar o montante destinado à reserva**

Não aplicável

**b. Identificar a perda considerada provável e sua causa**

Não aplicável

**c. Explicar porque a perda foi considerada provável**

Não aplicável

**d. Justificar a constituição da reserva**

Não aplicável

**13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar**

**a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar**

Não houve Constituição de Reserva de Lucros a Realizar no exercício de 2017.

**b. Informar a natureza dos lucros não realizados que deram origem à reserva**

Não aplicável.

**14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias**

**a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**

Artigo 44 Parágrafo 2º do Estatuto Social:

A Administração da EMAE poderá propor à deliberação da Assembleia Geral a destinação de até 75% (setenta e cinco por cento) do Lucro

Líquido Ajustado para Constituição das Reservas Estatutárias abaixo discriminadas, sem prejuízo do que trata o artigo 44 deste Estatuto:

I. Reserva para Recomposição de Ativos: destinada à formação de fundo para a realização dos investimentos visando à modernização técnica das usinas da EMAE e, também, para os investimentos necessários às melhorias e expansão;

II. Reserva para Outorga: destinada à formação de fundo para concentrar recursos financeiros exclusivos para que a EMAE dê continuidade às suas atividades, seja pela aquisição onerosa da própria concessão ou de qualquer outra que lhe permita cumprir o seu objeto social.

**b. Identificar o montante destinado à reserva**

R\$ 84.891.329,21

**c. Descrever como o montante foi calculado**

Do lucro líquido foi destinado R\$ 5.957.286,26 para a reserva legal, R\$ 28.297.109,74 destinados para pagamento do dividendo mínimo e R\$ 84.891.329,21 a título de Reserva para Recomposição de Ativos.

**15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital**

**a. Identificar o montante da retenção**

Não aplicável.

**b. Fornecer cópia do orçamento de capital**

Não aplicável.

**16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais**

**a. Informar o montante destinado à reserva**

Não há destinação para reserva de incentivos fiscais

**b. Explicar a natureza da destinação**

Não há destinação para reserva de incentivos fiscais

### III. COMENTÁRIO DOS DIRETORES NOS TERMOS DO ÍTEM 10 DO ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM n° 480/2009

#### 10.1 Condições financeiras/patrimoniais

##### a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia, em decorrência da celebração do aditivo ao contrato de concessão n° 002/2004, o qual prorrogou as concessões das UHEs Rasgão, Henry Borden e Porto Góes até 2042, nos termos da Lei n° 12.876/2013 (conversão da Medida Provisória n° 579/2012), passou a ter sua receita estabelecida por tarifa regulada, remunerando a gestão dos ativos vinculados por meio da disponibilização de toda sua energia e potência às distribuidoras no sistema de cotas. Com a conversão para essa modalidade, a receita das usinas sofreu redução, atenuada, no entanto, pela diminuição dos encargos setoriais. Igualmente a isenção dos riscos hidrológicos, estabelecida pelo atual modelo tarifário, tem impacto positivo para a Companhia, uma vez que, em condições sistêmicas desfavoráveis, como nos períodos de fraca hidrologia, baixos níveis nos reservatórios e geração térmica intensiva para compensar a diminuição da produção nas hidrelétricas, acarretaria, no modelo anterior, na necessidade de agentes geradores adquirirem energia a altos preços no mercado de curto prazo, para honrar seus contratos de venda.

A Companhia, além das receitas operacionais obtidas como concessionária de geração de energia elétrica, tem receitas geradas pela prestação de serviços de operação e manutenção no complexo termoeletrico formado pela UTEs Piratininga e Fernando Gasparian, da Baixada Santista Energia – BSE, bem como na Estação Elevatória Eduardo Yassuda, da Prefeitura Municipal de São Paulo.

O contrato de arrendamento dos ativos da UTE Piratininga à BSE, registrada nos demonstrativos financeiros como arrendamento mercantil financeiro, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 06, tem impacto na geração de caixa da Companhia.

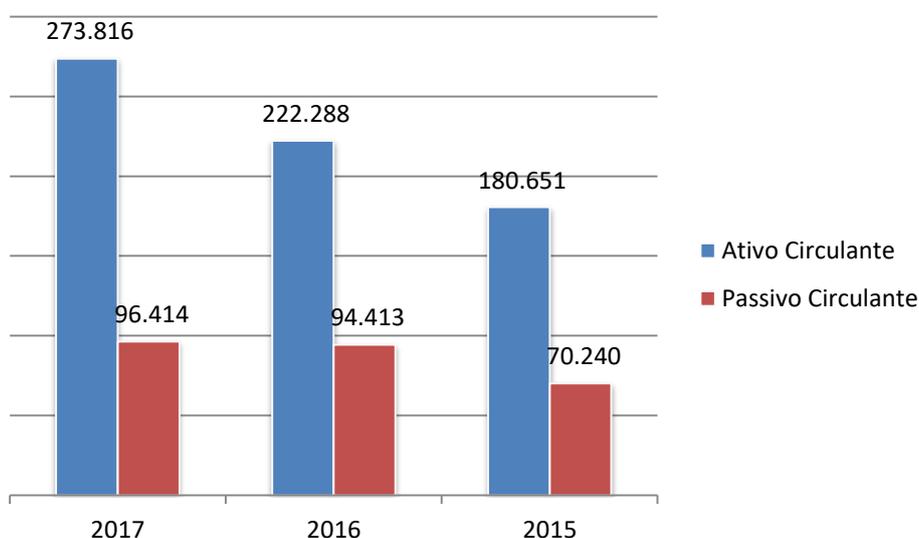
Em 2017, a EMAE, no consolidado, encerrou o exercício com saldo em caixa e equivalentes de caixa de R\$ 136,2 milhões, R\$ 80,3 milhões em 2016 e R\$ 50,1 milhões em 2015. A Companhia encerrou o exercício de 2017 com um Capital Circulante Líquido (Ativo Circ. – Passivo Circ.), de R\$ 177,4 milhões. Esse indicador vem apresentando, nos exercícios anteriores, posição igualmente confortável (R\$ 127,9 milhões em 2016 e R\$ 110,4 milhões em 2015).

Os principais índices financeiros e patrimoniais da Companhia têm se mantido em níveis confortáveis nos três últimos exercícios conforme abaixo:

<b>Índice:</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Liquidez corrente (ativo circulante / passivo circulante)	2,84	2,35	2,36
Liquidez seca ((ativo circulante – estoques) / passivo circulante)	2,82	2,33	2,34
Liquidez imediata (disponível / passivo circulante)	1,41	0,85	0,64
Liquidez geral ((ativo circulante + realizável a longo prazo) / (passivo circulante + passivo não circulante))	2,51	2,37	2,72
Participação de capital de terceiros (capital de 3° / PL)	51,86%	55,72%	44,37%
Composição do endividamento (passivo circulante / capital de 3°)	22,68%	23,43%	23,04%

O índice de liquidez corrente demonstra que a Companhia possui recursos suficientes para cobrir suas obrigações de curto prazo. Os índices de liquidez e endividamento geral se encontram em níveis adequados.

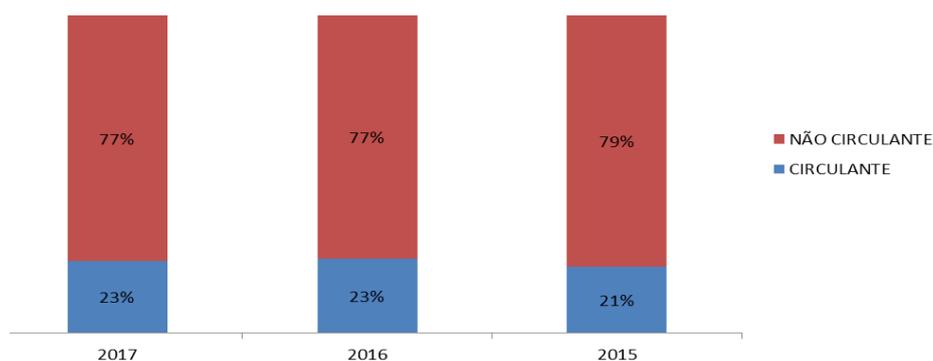
A Companhia apresentou, nos três últimos exercícios, condições financeiras e patrimoniais suficientes para desenvolver suas atividades, assim como para cumprir suas obrigações. A análise dos números de seu ativo circulante e de seu passivo circulante demonstra que a Companhia possui capital de giro que permite que ela tenha liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir suas despesas, suas dívidas e outros valores, no entanto, não há como garantir que tal situação permanecerá inalterada.



**b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas:**

A Companhia possui uma estrutura de capital equilibrada com relativa baixa participação de capitais de terceiros. O percentual de capital de terceiros em relação ao ativo total da Companhia tem se mantido em valores abaixo de 40% do total (34,15 em 2017, 35,78% em 2016 e 30,73% em 2015), sendo que o percentual de curto prazo (passivo circulante) se manteve abaixo de 25% do total de obrigações nos três últimos exercícios, demonstrando a alocação preponderante das obrigações no longo prazo.

**PASSIVO**



As obrigações da Companhia, no curto e longo prazo, estão detalhadas abaixo:

	<b>Consolidado</b>		
	<b>31.12.17</b>	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.15</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores.....	6.923	5.084	4.742
Financiamentos.....	7.312	6.671	4.824
Folha de pagamento.....	6.204	5.382	5.758
Obrigações estimadas - folha de pagamento.....	5.990	6.220	4.426
Entidade de previdência a empregados.....	11.348	32.784	78
Tributos e contribuições sociais.....	4.368	4.880	3.716
Imposto de renda e contribuição social a recolher.....	-	143	16.833
Dividendos e juros sobre capital próprio.....	34.473	16.010	6.549
Taxas regulamentares.....	5.504	5.806	5.637
Obrigações Especiais - RGR.....	1.801	-	-
Cauções e depósitos vinculados.....	6.633	6.633	200
Encargos de uso da rede elétrica.....	200	190	7.178
Outros passivos.....	5.658	4.610	10.299
	<u>96.414</u>	<u>94.413</u>	<u>70.240</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Exigível a longo prazo			
Financiamentos.....	78.660	85.054	90.453
Entidade de previdência a empregados.....	80.608	76.914	7.827
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	99.029	77.832	108.810
Taxas regulamentares.....	769	769	769
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.....	55.269	51.639	43.247
Obrigações Especiais - RGR.....	14.401	16.202	16.202
	<u>328.736</u>	<u>308.410</u>	<u>267.308</u>

O capital social integralizado de R\$ 285.411 mil está dividido em 14.705.370 ações ordinárias e 22.241.714 ações preferenciais de classe única. O capital social pode ser aumentado, conforme Estatuto Social, até o limite máximo de R\$ 1.116.050 mil mediante deliberação do Conselho de Administração e ouvindo-se antes o Conselho Fiscal.

Os principais acionistas em 31 de dezembro de 2017 eram os seguintes:

ACIONISTAS	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		TOTAL		
	QTD. DE AÇÕES	%	QTD. DE AÇÕES	%	QTD. DE AÇÕES	VALOR EM R\$	%
FAZENDA DO EST. DE SÃO PAULO (1)	14.354.538	97,614259	52.068	0,234101	14.406.606	111.289.114,65	38,992539
CIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ	350.832	2,385741			350.832	2.710.130,52	0,949553
CENTRAIS EL. BRAS. S.A. - ELETROBRÁS PART.			14.416.333	64,816646	14.416.333	111.364.254,43	39,018865
ÁLVARO LUIZ ALVES DE LIMA ALVARES OTERO			2.200.633	9,894170	2.200.633	16.999.597,15	5,956175
LEONARDO IZECKSOHN			1.045.573	4,700955	1.045.573	8.076.912,32	2,829920
FANNY BERTA IZECKSOHN			642.734	2,889768	642.734	4.965.034,64	1,739607
EDUARDO AUGUSTO RIBEIRO MAGALHÃES			547.200	2,460242	547.200	4.227.047,20	1,481037
ELETROPAR - ELETROBRÁS PART. S.A.			523.911	2,355533	523.911	4.047.142,77	1,418004
NUOVO SUMATRA AÇÕES FDO DE INVESTIMENTO			237.400	1,067364	237.400	1.833.883,42	0,642541
FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES MISTYQUE			229.275	1,030833	229.275	1.771.118,87	0,620550
OUTRAS			2.346.587	10,550388	2.346.587	18.127.072,38	6,351209
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>14.705.370</b>	<b>100,000000</b>	<b>22.241.714</b>	<b>100,000000</b>	<b>36.947.084</b>	<b>285.411.308,35</b>	<b>100,000000</b>

(1) ACIONISTA CONTROLADOR

O preço por ação da Empresa no fechamento do mês de dezembro de 2017 (EMAE4) foi de R\$ 9,10 representando uma valorização de 6,06% sobre o valor de R\$ 8,58 no fechamento de 2016.

**i. hipóteses de resgate**

Não há possibilidade de resgates de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

**ii. fórmula de cálculo do valor de resgate**

Não aplicável.

**c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

A Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas e suficientes para honrar suas obrigações de curto e longo prazo, conforme pode se verificar através dos índices financeiros de desempenho obtidos das demonstrações financeiras consolidadas apresentadas no item 10.1 a.

A EMAE tem um perfil de dívida confortável em relação às operações da Companhia e sua controlada. Os contratos firmados são:

- BNDES – financiamento captado pela subsidiária integral Pirapora para financiar a implantação da PCH Pirapora, com vencimento em setembro de 2030, cuja amortização está sendo realizada através da geração de caixa das operações do próprio empreendimento; e
- Fundação CESP – contrato de reserva matemática com o fundo previdenciário administrado pela Fundação CESP, com vencimento em março de 2032.

	<b>Saldo em 31.12.17 (em R\$ mil)</b>	<b>Vencimento</b>
BNDES	85.972	Setembro/2030
Fundação CESP	91.956	Março/2032

**d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas**

Nos três últimos exercícios a Companhia não realizou nenhuma operação de crédito para financiamento de capital de giro ou investimento em ativos, financiando suas operações e investimentos com recursos próprios.

**e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

A Companhia não vislumbra necessidade de financiar suas operações mediante capital de terceiros, no entanto, em uma eventual necessidade a Companhia poderá acessar o mercado buscando a melhor alternativa que se enquadre em suas expectativas de custos e prazos. No passado a Companhia já acessou o mercado por meio de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios e Emissão de Notas Promissórias.

**f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**

**i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

A tabela a seguir demonstra o saldo devedor dos compromissos financeiros da Empresa em 31/12/2015, 31/12/2016 e 31/12/2017:

Descrição	2017 (R\$ mil)	2016 (R\$ mil)	2015 (R\$ mil)	Encargos
Fundação CESP – Benefício Suplementar Proporcional Saldado	91.956	109.698	24.660	IGP-DI + 5% a.a. +/- déficit/ superávit atuarial
BNDES (*)	85.972	91.725	97.002	TJLP + 1,9% a.a.

(\*) contrato firmado entre Pirapora Energia S.A., subsidiária integral da EMAE, e o BNDES, com linha de crédito de R\$98.017 mil.

## ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há outras relações

## iii. grau de subordinação entre as dívidas

No eventual concurso universal de credores será obedecida a seguinte ordem:

1. Contrato Financiamento da PCH Pirapora – BNDES para Pirapora Energia;
2. Fundação CESP – Benefício Suplementar Proporcional Saldado.

## iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

### Fundação CESP - Benefício Suplementar Proporcional Saldado

Restrições quanto a:

- Limites de Endividamento e contratação de novas dívidas: Não há.
- Distribuição de Dividendos: Não há.
- Alienação de Ativos: Não há.
- Emissão de novos valores mobiliários: Não há.
- Alienação de Controle Societário: Não há.

### BNDES e Pirapora Energia S.A.

Contrato de Financiamento mediante abertura de Crédito no valor de R\$ 98.017 mil

Garantias da operação:

- Contratos de venda de energia.
- Direitos emergentes da Resolução nº 1.429 da ANEEL.
- Totalidade das ações e respectivos direitos de subscrição de emissão da Pirapora Energia S.A.
- Contas bancárias da Pirapora Energia: manter recursos para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrente do Contrato.

Restrições quanto a:

- Alienação de Controle Societário pela EMAE: vencimento antecipado do contrato.

- Aplicação dos recursos do financiamento em finalidade diversa da prevista na implantação da PCH Pirapora.
- Constituição de penhor ou gravames, sem prévia autorização do BNDES, sobre as garantias da operação a outros credores.
- Incluir em acordo societário, estatuto ou contrato social da Pirapora Energia S.A. restrições à sua capacidade de crescimento ou ao desenvolvimento tecnológico, ao acesso a novos mercados e à capacidade de pagamento das obrigações financeiras com o BNDES.

### g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

A controlada Pirapora possui contrato de financiamento com o BNDES para a construção da PCH Pirapora, cujos recursos foram integralmente liberados.

### h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As tabelas abaixo refletem informações extraídas das contas patrimoniais e demonstrações de resultado consolidados da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016, 2015, com análises verticais e horizontais e comentários sobre as variações mais relevantes.

ATIVO	2017			2016			2015	
	(R\$ Mil)	V%	H%	(R\$ Mil)	V%	H%	(R\$ Mil)	V%
<b>CIRCULANTE</b>								
Caixa e equivalentes de caixa.....	136.214	10,94%	69,68%	80.279	7,13%	60,09%	50.145	4,57%
Revendedores.....	18.153	1,46%	-37,86%	29.211	2,59%	78,80%	16.337	1,49%
Consumidores.....	466	0,04%	-88,88%	4.191	0,37%	395,39%	846	0,08%
Ativo financeiro indenizável.....	323	0,03%	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	0,00%
Serviços - Canal Pinheiros.....	3.463	0,28%	95,21%	1.774	0,16%	-78,14%	8.115	0,74%
Alienação de bens e direitos.....	148	0,01%	-43,73%	263	0,02%	-68,50%	835	0,08%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar..	1.331	0,11%	12000,00%	11	0,00%	-99,60%	2.784	0,25%
Tributos e contribuições sociais compensáveis.....	1.123	0,09%	-27,64%	1.552	0,14%	-9,35%	1.712	0,16%
Estoque.....	1.789	0,14%	-8,96%	1.965	0,17%	-6,38%	2.099	0,19%
Despesas antecipadas.....	245	0,02%	14,49%	214	0,02%	-9,32%	236	0,02%
Arrendamento UTE Piratininga.....	79.364	6,37%	-6,79%	85.141	7,56%	12,59%	75.623	6,89%
Ativo financeiro - Sabesp.....	15.545	1,25%	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	0,00%
Cauções e depósitos vinculados.....	10.161	0,82%	-2,03%	10.372	0,92%	-20,42%	13.033	1,19%
Outros créditos.....	5.491	0,44%	-24,94%	7.315	0,65%	-17,68%	8.886	0,81%
	<u>273.816</u>	<u>21,99%</u>	<u>23,18%</u>	<u>222.288</u>	<u>19,75%</u>	<u>23,05%</u>	<u>180.651</u>	<u>16,45%</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>								
Realizável a longo prazo								
Arrendamento UTE Piratininga.....	352.015	28,27%	-10,03%	391.257	34,75%	-3,39%	404.984	36,88%
Ativo financeiro - Sabesp.....	96.915	7,78%	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	0,00%
Cauções e depósitos vinculados.....	15.336	1,23%	-2,97%	15.806	1,40%	13,88%	13.879	1,26%
Ativo financeiro indenizável.....	53.683	4,31%	15,73%	46.386	4,12%	13,93%	40.716	3,71%
Ativo reversível da concessão.....	273.218	21,94%	-0,75%	275.273	24,45%	0,00%	275.273	25,06%
Outros créditos.....	1.209	0,10%	-43,43%	2.137	0,19%	-30,28%	3.065	0,28%
Investimentos.....	1.390	0,11%	0,00%	1.390	0,12%	0,00%	1.390	0,13%
Imobilizado.....	174.876	14,05%	3,20%	169.461	15,05%	-3,74%	176.037	16,03%
Intangível.....	2.567	0,21%	45,52%	1.764	0,16%	-21,95%	2.260	0,21%
	<u>971.209</u>	<u>78,01%</u>	<u>7,50%</u>	<u>903.474</u>	<u>80,25%</u>	<u>-1,54%</u>	<u>917.604</u>	<u>83,55%</u>
<b>TOTAL DO ATIVO.....</b>	<u>1.245.025</u>	<u>100,00%</u>	<u>10,59%</u>	<u>1.125.762</u>	<u>100,00%</u>	<u>2,50%</u>	<u>1.098.255</u>	<u>100,00%</u>

O ativo circulante apresentou aumento de R\$ 51,6 milhões, passando de um saldo de R\$ 222,3 milhões em 2016 para R\$ 273,8 em 2017 em função do aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa de R\$ 55,9 milhões e uma redução no saldo de revendedores de R\$ 11 milhões. O aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa é consequência, principalmente, dos recebimentos decorrentes do contrato de arrendamento mercantil e da redução no valor pago para Entidade de Previdência a Empregados em função do prolongamento do prazo para pagamento da dívida. A redução no saldo de revendedores resulta do reconhecimento antecipado da receita relativa aos bens não reversíveis em 2016.

Em 2017, o Ativo não circulante apresentou aumento de R\$67,7 milhões principalmente em função do Reconhecimento do montante resultante da celebração do Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças com a Sabesp, o qual se tornou eficaz a partir de 19 de outubro de 2017, como Ativo Financeiro ("Ativo Financeiro Sabesp").

PASSIVO CIRCULANTE	2017			2016			2015	
	(R\$ Mil)	V%	H%	(R\$ Mil)	V%	H%	(R\$ Mil)	V%
Fornecedores.....	6.923	0,56%	36,17%	5.084	0,45%	7,21%	4.742	0,43%
Financiamentos.....	7.312	0,59%	9,61%	6.671	0,59%	1,86%	6.549	0,60%
Folha de pagamento.....	6.204	0,50%	15,27%	5.382	0,48%	11,57%	4.824	0,44%
Obrigações estimadas - folha de pagamento.....	5.990	0,48%	-3,70%	6.220	0,55%	8,02%	5.758	0,52%
Entidade de previdência a empregados.....	11.348	0,91%	-65,39%	32.784	2,91%	94,76%	16.833	1,53%
Tributos e contribuições sociais.....	4.368	0,35%	-10,49%	4.880	0,43%	10,26%	4.426	0,40%
Imposto de renda e contribuição social a recolher.....	-	0,00%	-100,00%	143	0,01%	83,33%	78	0,01%
Dividendos e juros sobre capital próprio.....	34.473	2,77%	115,32%	16.010	1,42%	330,84%	3.716	0,34%
Taxas regulamentares.....	5.504	0,44%	-5,20%	5.806	0,52%	3,00%	5.637	0,51%
Obrigações Especiais - RGR.....	1.801	0,14%	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	0,00%
Cauções e depósitos vinculados.....	6.633	0,53%	0,00%	6.633	0,59%	-51,97%	13.811	1,26%
Encargos de uso da rede elétrica.....	200	0,02%	5,26%	190	0,02%	-5,00%	200	0,02%
Outros passivos.....	5.658	0,45%	22,73%	4.610	0,41%	25,75%	3.666	0,33%
	<b>96.414</b>	<b>7,74%</b>	<b>2,12%</b>	<b>94.413</b>	<b>8,39%</b>	<b>34,41%</b>	<b>70.240</b>	<b>6,40%</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>								
Exigível a longo prazo								
Empréstimos e financiamentos.....	78.660	6,32%	-7,52%	85.054	7,56%	-5,97%	90.453	8,24%
Entidade de previdência a empregados.....	80.608	6,47%	4,80%	76.914	6,83%	882,68%	7.827	0,71%
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	99.029	7,95%	27,23%	77.832	6,91%	-28,47%	108.810	9,91%
Tributos e contribuições sociais.....	-	0,00%	0,00%	-	-	-	-	-
Taxas regulamentares.....	769	0,06%	0,00%	769	0,07%	-	769	0,07%
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários....	55.269	4,44%	7,03%	51.639	4,59%	19,40%	43.247	3,94%
Outras obrigações.....	14.401	1,16%	-11,12%	16.202	1,44%	-	16.202	1,48%
	<b>328.736</b>	<b>26,40%</b>	<b>6,59%</b>	<b>308.410</b>	<b>27,40%</b>	<b>15,38%</b>	<b>267.308</b>	<b>24,34%</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>								
Capital social.....	285.411	22,92%	0,00%	285.411	25,35%	-	285.411	25,99%
Reservas de capital.....	387.130	31,09%	0,00%	387.130	34,39%	-	387.130	35,25%
Outros resultados abrangentes.....	- 24.877	-2,00%	-30,80%	- 35.947	-3,19%	-187,94%	40.878	3,72%
Reserva de retenção de lucros.....	-	0,00%	0,00%	-	-	-	-	-
Reservas de lucros.....	172.211	13,83%	99,45%	86.345	7,67%	82,59%	47.288	4,31%
Dividendo adicional proposto.....	-	0,00%	0,00%	-	-	-	-	-
Lucros (prejuízos) acumulados.....	-	0,00%	0,00%	-	-	-	-	0,00%
	<b>819.875</b>	<b>65,85%</b>	<b>13,41%</b>	<b>722.939</b>	<b>64,22%</b>	<b>-4,96%</b>	<b>760.707</b>	<b>69,27%</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....</b>	<b>1.245.025</b>	<b>100,00%</b>	<b>10,59%</b>	<b>1.125.762</b>	<b>100,00%</b>	<b>2,50%</b>	<b>1.098.255</b>	<b>100,00%</b>

Em 2017, o passivo circulante aumentou em R\$ 2 milhões em função, principalmente, dos dividendos a pagar durante o exercício de 2018, parcialmente compensados pela redução no valor da entidade de previdência a empregados.

O passivo não circulante apresentou aumento de R\$ 20,3 milhões em 2017 em função do aumento do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos incidentes sobre o Ativo Financeiro da SABESP e pelo aumento em provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários de R\$ 3,6 milhões, os quais foram parcialmente compensados pela redução de R\$ 6,3 milhões no saldo do financiamento do BNDES.

O patrimônio líquido aumentou em R\$ 97 milhões em razão (i) da Constituição da Reserva de Recomposição de Ativos no valor de R\$ 85 milhões, (ii) da redução da reserva de outros resultados abrangentes no valor de R\$ 11 milhões, (iii) da Constituição de Reserva Legal no valor de R\$ 6 milhões, e (iv) Realização da Reserva de Lucros a Realizar no valor de R\$ 5 milhões.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**

	31.12.17			31.12.16			31.12.15	
	(R\$ Mil)	V%	H%	(R\$ Mil)	V%	H%	(R\$ Mil)	V%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	209.510	100,00%	1,41%	206.607	100,00%	4,11%	198.444	100,00%
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(186.268)	-88,91%	7,25%	(173.682)	-84,06%	6,59%	(162.943)	-82,11%
(PREJUIZO) LUCRO OPERACIONAL BRUTO.....	23.242	11,09%	-29,41%	32.925	15,94%	-7,26%	35.501	17,89%
<b>Despesas Operacionais</b>								
Despesas gerais e administrativas.....	(40.887)	-19,52%	12,92%	(36.210)	-17,53%	-19,50%	(44.981)	-22,67%
Outras receitas e despesas.....	128.161	61,17%	4326,98%	2.895	1,40%	-125,27%	(11.455)	-5,77%
	87.274	41,66%	-361,97%	(33.315)	-16,12%	-40,97%	(56.436)	-28,44%
(PREJUIZO) LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO...	110.516	52,75%	-28437,44%	(390)	-0,19%	-98,14%	(20.935)	-10,55%
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>								
Receitas.....	36.103	17,23%	8,39%	33.307	16,12%	0,39%	33.176	16,72%
Despesas.....	(8.928)	-4,26%	-8,73%	(9.782)	-4,73%	-4,57%	(10.250)	-5,17%
Variações monetárias líquidas.....	18.503	8,83%	-65,96%	54.351	26,31%	-15,21%	64.103	32,30%
(PREJUIZO) LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	156.194	74,55%	101,58%	77.486	37,50%	17,24%	66.094	33,31%
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>								
Correntes.....	(21.553)	-10,29%	20,19%	(17.933)	-8,68%	139,07%	(7.501)	-3,78%
Diferidos.....	(15.495)	-7,40%	238,84%	(4.573)	-2,21%	-482,04%	1.197	0,60%
<b>LUCRO (PREJUIZO) DO EXERCÍCIO.....</b>	<b>119.146</b>	<b>56,87%</b>	<b>116,71%</b>	<b>54.980</b>	<b>26,61%</b>	<b>-8,04%</b>	<b>59.790</b>	<b>30,13%</b>

### 1. Receita Operacional

No exercício de 2017, a receita operacional bruta da EMAE apresentou uma pequena variação positiva de 2,74% em relação a 2016. A principal fonte de receita continua sendo as Cotas de Energia, que representam 69,88% do montante total, apesar da queda ocasionada por pelo reconhecimento integral, em 2016, de R\$ 16.094 referente ao adicional de receita relativo aos bens não reversíveis do período de janeiro de 2013 a junho de 2015 de acordo com a Nota Técnica nº 232/2016 – SGT/ANEEL de 14/07/2016. É importante destacar o aumento das receitas com Suprimento de Energia de comercializadores, Energia de Curto Prazo e o impacto da celebração de um novo contrato de operação e manutenção com a Petrobras na rubrica Prestação de Serviço, estas contas variaram em relação a 2016, 141,66%, 260,36%, 80,86%, respectivamente. Há que destacar, ainda, a queda de 38,55% na receita com Fornecimento de Energia (venda a consumidores finais), decorrente do aditivo contratual com a Toyobo, que alterou o volume e preço contratado a partir de julho de 2016.

### 2. Custos e Despesas Operacionais

Os custos dos serviços de energia elétrica somados às despesas gerais e administrativas, em 2017, apresentaram um aumento de 8,22% em relação a 2016. Contribuíram para esse aumento, as despesas com Pessoal, que variou 9,65% – impactada pelo custo de rescisões trabalhistas e pelo aumento dos custos com assistência médica –, e Serviço de terceiros, que teve um aumento de 17,56% em função, principalmente, das despesas com a assessoria jurídica para celebração do acordo com a Sabesp e do aumento dos custos para atendimento do contrato de operação e manutenção da UTE Piratininga.

### 3. Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro do exercício 2017 foi 41,35% inferior ao registrado em 2016, ocasionado pela redução da atualização monetária sobre o saldo do arrendamento da UTE Piratininga no exercício (variação IGP-M 2017 -0,53% e 2016 7,19%), parcialmente compensado pelas Receitas Financeiras, que registraram um aumento de 8,4%, impactadas pelos Rendimentos de aplicações financeiras, 36,5% maior que em 2016, e a entrada de recursos do Acordo Sabesp, que juntas, representam 34,3% do total das receitas financeiras.

## 10.2. Resultado operacional e financeiro

### a. resultados das operações do emissor, em especial:

#### i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

	<b>Consolidado</b>		
	<b>31.12.17</b>	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.15</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL</b>			
Fornecimento de energia.....	5.492	8.937	14.268
Cotas de energia elétrica (a).....	169.601	175.983	138.780
Suprimento de energia - leilão.....	33.142	31.242	28.581
Suprimento de energia - comercializadores.....	4.896	2.026	-
Energia de curto prazo - CCEE.....	2.209	613	3.255
Renda da prestação de serviços.....	17.261	9.544	12.989
Outras receitas.....	2.154	1.860	2.385
Receitas relativas à construção de ativos próprios.....	7.957	6.039	23.651
	<u>242.712</u>	<u>236.244</u>	<u>223.909</u>

#### ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2017:

- (i) aumento na receita com prestação de serviços R\$ 7,7 milhões;
- (ii) diminuição na receita com quota de energia elétrica em R\$ 6,4 milhões;
- (ii) redução na receita de fornecimento de energia de R\$ 3,4 milhões;
- (iii) aumento na receita Suprimento de energia – comercializadores de R\$ 2,9 milhões.

Em 2016:

- (i) aumento na receita com quota de energia elétrica em R\$ 37,2 milhões;
- (ii) aumento na despesa com provisão para riscos trabalhista, cíveis e tributários em R\$ 26,5 milhões
- (ii) redução na despesa com baixa de ativos financeiros indenizáveis.
- (iii) redução na receita financeira de atualização monetária do contrato de arrendamento mercantil em R\$ 10 milhões;
- (iv) aumento na despesa de imposto de renda e contribuição social em R\$ 16,2 milhões

Em 2015:

- (i) Reversões de provisões trabalhistas e ambientais.
- (ii) Baixa de parte dos ativos financeiros indenizáveis decorrente de reanálises efetuadas.

#### b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Desde janeiro de 2013, com a vigência da nova regulamentação vinculada à prorrogação das concessões (Lei nº 12.783/2013, que regulamentou a MP nº 579), toda energia e potência das usinas prorrogadas passaram a ser alocadas às distribuidoras de energia elétrica no regime de cotas, sendo remuneradas por tarifas (mercado regulado). Em decorrência desse fato, a Companhia apresentou redução na receita com quota de energia elétrica em aproximadamente R\$ 6,4 milhões no ano de 2017, em função do reajuste anual da RAG.

### **c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

Os principais custos e despesas da Companhia estão relacionados com:

- (i) a compra de energia elétrica para revenda – a energia comprada através de contratos de suprimento estão sujeitos a reajuste por índices de inflação (IGP-M, INPC, etc.) e a energia comprada no mercado de curto prazo são adquiridos a valores de mercado.
- (ii) aos encargos de uso da rede elétrica – geralmente são reajustados por índices de inflação, em bases anuais, e por revisões tarifárias que ocorrem a cada 4 ou 5 anos.
- (iii) despesas de pessoal, serviços de terceiros e materiais em geral são ajustados por índices próximos à inflação, os quais são negociados pela administração com o intuito de obter economia/eficiência.
- (iv) o resultado financeiro é impactado pela variação do IGP-M sobre o contrato de arrendamento financeiro com a BSE.

### **10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras**

#### **a. introdução ou alienação de segmento operacional**

Não houve

#### **b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Em 2017, 2016 e 2015 não houve eventos dessa natureza.

#### **c. eventos ou operações não usuais**

Não houve.

### **10.4 - Mudanças práticas contábeis / ressalvas e ênfase**

#### **a. mudanças significativas nas práticas contábeis**

Aplicados a partir de 1º de janeiro de 2017

- a.1) Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 10/2016: Iniciativa de divulgação (modificação no IAS7/ CPC03 Demonstração dos Fluxos de Caixa)

Essa modificação inclui novos requerimentos de divulgação, os quais têm a finalidade de possibilitar aos usuários das Demonstrações financeiras avaliarem a movimentação dos passivos, que estão relacionados com as atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa. Essas modificações requerem a divulgação da movimentação desses passivos identificando os itens que afetam o caixa e os itens que não o afetam. A Companhia e sua controlada divulgaram as informações requeridas nessa revisão de pronunciamentos técnicos.

- a.2) Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 10/2016: Reconhecimento de ativo fiscal diferido sobre perdas não realizadas (*modificação no IAS 12/CPC 32 Tributos sobre o lucro*)

Essa modificação fornece orientações sobre o registro de ativos fiscais diferidos sobre perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados ao valor justo. Essa modificação não trouxe impactos à Companhia e sua controlada, em virtude de não possuírem instrumentos de dívida mensurados a valor justo.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não ocorreram mudanças nas práticas contábeis da Companhia.

#### **b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

A Administração da Companhia conclui que não haverá mudanças significativas nas contabilizações.

#### **c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Os Relatórios dos Auditores Independentes referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, foram emitidos pela KPMG Auditores Independentes.

Os relatórios dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não contêm ressalvas ou ênfases.

#### Exercício de 2015

##### Ênfase:

##### (i) Ativo financeiro da concessão

A Companhia possui contabilizado ativo financeiro indenizável em conformidade com o ICPC 01 – Contratos de concessão, no montante de R\$ 40.716 mil em 31 de dezembro de 2015, que representa investimentos realizados em infraestrutura de geração de energia após 31 de dezembro de 2012 e estão abarcados pela nova regulamentação de concessões de geração de energia (Lei 12.783/2013). Estes investimentos deverão ser recuperados a partir dos reajustes e revisões tarifárias para estabelecimento de nova Receita Anual de Geração. A Companhia avaliou que os investimentos foram realizados em caráter prudencial, porém estão sujeitos às aprovações da ANEEL e, conseqüentemente, eventuais ajustes poderão ser necessários.

Comentários: A Companhia encaminhou à ANEEL plano de investimentos em melhorias, para o período de 2013 a 2018, abrangendo empreendimentos já concluídos, em curso e a realizar.

Em junho de 2015 ocorreu o primeiro reajuste tarifário sob as condições do novo PRORET – Procedimentos de Regulação Tarifária, ocasião em que foram concedidas receitas adicionais dos investimentos concluídos e, também, receitas adicionais antecipadas de investimentos a realizar.

##### (ii) Ativo Reversível da concessão

A Companhia mantém contabilizado ativo reversível, excluindo-se os projetos básicos que já foram indenizados, identificados pela Administração da Companhia a serem

indenizados pelo Poder Concedente, após fiscalização e definição dos valores com base na VNR pela ANEEL, nos termos do art. 2º do Decreto 7.850/2012 e Resolução Normativa nº 596/2013. A Companhia apresentou para a ANEEL, em 04 de junho de 2014, a relação de investimentos e a documentação comprobatória referente aos investimentos a serem indenizados no montante de R\$ 275.273 mil a valor líquido contábil, sendo que até o momento não houve manifestação da ANEEL no tocante aos valores informados. Todavia, até a definição dos valores a serem homologados pela ANEEL poderão ocorrer perdas que serão reconhecidas quando vierem ao conhecimento da Companhia.

Comentários: Conforme mencionado acima, a Companhia efetuou todos os procedimentos previstos na legislação para recebimento do valor da indenização. Ressalta-se que a ANEEL tem utilizado o Valor Novo de Reposição como base para apurar o valor indenizável dos ativos. No momento, a Companhia está aguardando a manifestação da ANEEL.

#### **10.5 - Políticas contábeis críticas adotadas pela EMAE.**

Na preparação das Demonstrações Financeiras, a Administração utiliza julgamentos e premissas para a elaboração de estimativas e na aplicação das políticas contábeis e, em consequência, na determinação dos valores de ativos, passivos, receitas e despesas reportados. Os valores efetivamente realizados em períodos subsequentes podem divergir dessas estimativas realizadas pela Administração, em função novos eventos ocorridos ou informações disponibilizadas após a data da elaboração das estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e à medida que novos fatos estejam disponíveis os valores das estimativas são recalculados. Os impactos dessas revisões são reconhecidos prospectivamente.

As informações sobre os principais julgamentos e estimativas realizados na aplicação das políticas contábeis, as quais têm efeitos significativos sobre determinados valores reconhecidos nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, estão apresentadas a seguir:

##### **Arrendamento mercantil:**

A Companhia possui um contrato de arrendamento para terceiros, celebrado em 27 de abril de 2007, o qual foi classificado como arrendamento mercantil financeiro em razão de transferir substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade legal para a arrendatária. Os recebimentos do arrendamento mercantil são tratados como amortização de capital e receita financeira.

##### **Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

A Companhia realiza análises de seus valores a receber em bases periódicas e constitui, quando necessário, provisões para créditos de liquidação duvidosa quando há evidências de que o crédito poderá não ser realizado.

### **Imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido**

O imposto de renda e a contribuição social são registrados pela Companhia, observando-se a interpretação das disposições da legislação tributária aplicável quanto à inclusão de despesas não dedutíveis e exclusão de receitas não tributáveis, consideração de diferenças intertemporais e existência de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados.

### **Ativo financeiro indenizável**

Conforme previsto na cláusula 7ª, subcláusula 2ª do segundo termo aditivo ao contrato de concessão nº 02/2004 – ANEEL, a Companhia tem direito ao recebimento de investimentos realizados após a renovação da concessão, ocorrida em 2012.

Dessa forma, a Companhia tem registrado como ativos financeiros indenizáveis os valores correspondentes aos investimentos realizados pela Companhia no seu parque gerador após 31/12/2012, os quais a Companhia entende terem sido realizados de forma prudente, conforme previsto na Resolução Normativa nº 642, de 16/12/2014. Uma parcela desses investimentos já foi incorporada na RAG homologada de julho de 2017, 2016 e 2015.

### **Ativo reversível da concessão**

A renovação das concessões das usinas de Rasgão, Henry Borden e Porto Góes ocorreu em 4/12/2012. De acordo com a Lei nº 12.783/13, por ocasião da renovação da concessão, os ativos da concessão devem ser revertidos para a União, mediante indenização. Dessa forma, em 31/12/2015, o custo histórico destes ativos, quando estavam classificados no ativo imobilizado, foi transferido para a rubrica ativo reversível da concessão.

Até 31/12/2017, o valor da indenização estava em processo de definição pelo Poder Concedente. Conforme o Decreto nº 7.850/13, a indenização será determinada através de fiscalização para determinar os ativos indenizáveis e apuração do VNR (valor novo de reposição) desses ativos.

### **Entidade de previdência privada**

A obrigação líquida da Companhia dos planos de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse benefício é descontado a valor presente para determinar a obrigação da Companhia na data do encerramento de cada exercício. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos.

Remensurações da obrigação líquida de benefício definido que incluem: ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos em resultado.

Essa estimativa da obrigação líquida da Companhia é atualizada anualmente com base em estudo elaborado por atuário.

### **Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários**

A Companhia e sua controlada são parte em processos judiciais e administrativos. Esses processos são avaliados periodicamente pela Administração e seus consultores legais. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais em que é provável ocorrer uma saída de recursos para liquidar a contingência ou obrigação e uma estimativa razoável desse valor possa ser feita.

### **10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

**a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet item), tais como:**

**i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

**ii carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

**iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

**iv. contratos de construção não terminada**

**v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Todas as operações estão registradas nas demonstrações financeiras ou comentadas nas notas explicativas.

**b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Todas as operações estão registradas nas demonstrações financeiras ou comentadas nas notas explicativas.

### **10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações**

**a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

**b. natureza e o propósito da operação**

**c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, pois, conforme indicado no item 10.8, todas as operações estão registradas nas demonstrações financeiras ou apresentadas nas notas explicativas.

### **10.8 - plano de negócios**

**a. investimentos, incluindo:**

**i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Com o objetivo de manter a confiabilidade, segurança e disponibilidade dos ativos e visando a compatibilizar as necessidades de investimentos, a EMAE investiu, no

exercício de 2017, recursos próprios da ordem de R\$ 10,0 milhões nas suas instalações de geração e estruturas hidráulicas.

Os investimentos para o exercício de 2018 foram aprovados na 327ª Reunião do Conselho de Administração realizada em 06.12.2017, no montante de R\$ 28 milhões.

## **ii. fontes de financiamento dos investimentos**

Reserva para Recomposição de Ativos.

## **iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Não aplicável.

## **b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Não aplicável.

## **c. novos produtos e serviços.**

### **i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não aplicável.

### **ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável.

### **iii. projetos em desenvolvimento já divulgados**

A EMAE continuou trabalhando para o desenvolvimento e implantação de novos negócios. Nesse sentido assinou em 28/09/2017 o contrato de investimento com a Gasen para desenvolvimento e construção de nova usina termoelétrica na área da sede, junto a Usina Piratininga. O projeto está inserido na Chamada Pública nº1/2015 - Implantação e exploração de usina termoelétrica a gás natural em área da EMAE com potência total de 2.000 megawatts. Na chamada, foram selecionadas duas empresas parceiras, Gasen e AES Tietê. Atualmente, está em andamento o processo de “Due Dilligence” entre as Empresas. O processo de licenciamento ambiental para todo o empreendimento está sendo conduzido pela EMAE (Nota Explicativa – 1 das Demonstrações Financeiras). A EMAE vem buscando obter a outorga para remotorização da Barragem Edgard de Souza. Em 2012, a concessão da usina expirou e o pedido de prorrogação foi indeferido e a decisão sobrestada, para, na sequência, ser definitivamente indeferido em razão de a usina não possuir equipamentos de geração. Com a promulgação da Lei nº 12.783/2013, ficou estabelecido que as concessões das usinas não prorrogadas deveriam ser licitadas. No entanto, com a Lei nº 13.360/2016, que altera as condições de outorga da Lei nº 12.783/2013 para empreendimentos com capacidade de até 50MW, liberando a obrigatoriedade de licitação para esses empreendimentos, a EMAE entrou novamente com o pleito de obter autorização como Produtor Independente de Energia Elétrica. O assunto se encontra em análise na Consultoria Jurídica do Ministério de Minas e Energia – MME.

A Companhia continua o estudo, em conjunto com o Departamento Hidroviário – DH,

de integração dos sistemas de navegação no rio Tietê com a geração de energia. Dentro desse trabalho, formalizou junto à ANEEL o sumário executivo do Aproveitamento Hidrelétrico AHE Guaxatuba, o qual foi aceito, permitindo o início do processo de licenciamento ambiental do empreendimento.

A Publicação da Chamada Pública nº 1/2016 – “Novas oportunidades de negócios de geração de energia a partir de fontes renováveis”, que tem o objetivo de selecionar potenciais parceiros para analisar e desenvolver oportunidades de negócio em geração de energia a partir de fontes renováveis continua aberta. No âmbito da Chamada, foi proposta uma etapa específica de Chamamento Público para fonte fotovoltaica, para selecionar interessados em oportunidade de negócio em empreendimentos fotovoltaicos, com módulos de até 5 MWp, junto à Barragem Edgard de Souza. Apesar de nove interessados terem participado do processo, nenhum deles atendeu aos requisitos da Chamada, que continua aberta a novos proponentes.

#### **iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Por força da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000 e suas alterações, a EMAE aplica 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico. Por esta razão, desde o início do programa (setembro de 2004) até dezembro/2017, a Companhia destinou cerca de R\$ 21,1 milhões em P&D, dos quais R\$ 8,4 milhões para conta de desenvolvimento de projetos, R\$ 8,4 milhões em taxas para o FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos e R\$ 4,2 milhões em taxas para a Coordenação Geral de Orçamento e Finanças do Ministério de Minas e Energia, conforme resolução setorial. O gasto no exercício foi da ordem de aproximadamente R\$ 1,7 milhões.

#### **10.9 - Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

Nada a acrescentar, devido a todos os fatores que influenciaram o desempenho operacional já terem sido comentados nos itens anteriores, no Relatório Anual da Administração e nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.

**IV. DADOS DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL, INDICADOS À ELEIÇÃO, CONFORME OS ITENS 12.5 A 12.10 DO ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM 480/2009**

**12.5. Relação de indicados a eleição para compor o Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Empresa.**

**Conselho de Administração**

Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF ou número do passaporte	Cargo eletivo	Data da eleição	Data da posse	Prazo do mandato	Eleito pelo controlador	Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Nº mandatos consecutivos
Guy de Almeida Andrade	16/05/1954	Contador	771.729.228-91	Conselheiro Independente	24/04/2018		até AGO 2019	Sim	Não Possui	0

**Conselho Fiscal**

Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF ou número do passaporte	Cargo eletivo	Data da eleição	Data da posse	Prazo do mandato	Eleito pelo controlador	Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Nº mandatos consecutivos
Fabio Bernacchi Maia	05/03/1971	Administrador	132.883.768-81	C.F. (efetivo)	24/04/2018		1 ano	Sim	Não possui	2
Fernanda Montenegro de Menezes Rizek	29/09/1982	Advogada	310.776.268-78	C.F. (efetivo)	24/04/2018		1 ano	Sim	Não possui	3
Pedro Henrique Giocondo Guerra	13/03/1989	Advogado	062.410.749-38	C.F. (efetivo)	24/04/2018		1 ano	Sim	Não possui	2
Marco Antonio Castelo Branco de Oliveira	16/04/1942	Advogado	036.913.498-20	C.F. (efetivo)	24/04/2018		1 ano	Sim	Não possui	2

Wagner Montoro Junior	11/05/1958	Engenheiro	695.120.007-68	C.F. (efetivo)	24/04/2018		1 ano	Não	Não possui	2
André Luis Grotti Clemente	07/08/1974	Economista	261.955.328-86	C.F. (suplente)	24/04/2018		1 ano	Sim	Não possui	2
Paola Sanchez Vallejo de Moraes Forjas	18/09/1977	Advogada	280.992.588-78	C.F. (suplente)	24/04/2018		1 ano	Sim	Não possui	3
Mario Sergio de Almeida	12/11/1958	Engenheiro	020.817.038-31	C.F. (suplente)	24/04/2018		1 ano	Sim	Não possui	0
Silvia Maria de Lisboa	10/11/1963	Arquiteta	085.549.288-06	C.F. (suplente)	24/04/2018		1 ano	Sim	Não possui	0
Helena Lopes Basil	05/01/1974	Economista	038.165.927-59	C.F. (suplente)	24/04/2018		1 ano	Não	Não possui	0

a) Currículos:

### **Conselho de Administração**

#### **Guy de Almeida Andrade**

- Contador formado pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo - FEA USP e Administrador de Empresas formado pela Universidade Mackenzie.
- Possui 40 anos de experiência em auditoria, contabilidade, sistemas de controles internos, sistemas de custeio, avaliação de empresas, impostos e governança corporativa, com treinamento em auditoria em Toronto, Canadá, na firma Dunwoody & Co. - 1984.
- É sócio da Magalhães Andrade S/S Auditores Independentes.
- É membro do Comitê de Auditoria do BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A.
- É membro do Nominating Committee da International Federation of Accountants- IFAC, desde janeiro de 2017.
- É membro do Conselho de Administração da Companhia Müller de Bebidas desde 2009
- Foi membro, de 2015 a 2017, do Comitê de Auditoria da Cetip S.A. Mercados Organizados.
- Foi membro, de outubro de 2016 a março de 2017, do Comitê de Riscos da Cetip S.A Mercados Organizados.
- Foi membro do Advisory Board do HSBC Bank Brasil S.A. de outubro de 2014 a julho de 2016, integrando, também, o Comitê de Auditoria.
- foi membro do Comitê de Auditoria da Editora Abril S.A. de 2008 a 2016, tendo residido naquele colegiado a partir de 2014.
- Foi membro do Conselho de Administração do Ibracon - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (de 2009 a 2014), tendo presidido aquele colegiado de 2012 a 2014.
- Foi Membro do Comitê de Auditoria do Itaú Unibanco Holding S.A. de 2004 a 2014.
- Foi Consultor do Comitê de Auditoria e Riscos da Embraer S.A. nos anos de 2012 e 2013
- Foi membro do Comitê de nomeações da IFAC de 2007 a 2010.
- Foi membro do Board da IFAC de 2000 a 2006.
- Foi Chairman do Comitê de Auditoria da International Federation of Accountants- IFAC de 2002 a 2006.
- Foi membro do Steering Committee da Revisão Ampla de Governança e Supervisão da Organização das Nações Unidas e de seus Fundos, Programas e Agências Especializadas (2006).
- Foi Presidente da Diretoria Nacional do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON (2002/2004).
- Foi presidente da 5ª Seção Regional do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON (1996/1998).
- Foi Vice-presidente de Fiscalização do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo (1994/1995).

### **Conselho Fiscal:**

#### **Fabio Bernacchi Maia**

- Formado pela Universidade São Judas Tadeu em Administração de Empresas, Pós-Graduado em Administração Contábil e Financeira pelas Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Instituto de Administração (FIA/FEA/USP) e MBA em Gestão Pública pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).
- 03/2016 até a presente data – trabalha na Secretaria da fazenda do Estado de São Paulo – Conselho de Defesa dos Capitais (CODEC), prestando apoio técnico em questões econômico-financeiras, elaborando e revisando manuais de orientação aos Conselheiros Fiscais, elabora e analisa requerimentos de Governança Corporativa aplicáveis as empresas de economia mista do estado de São Paulo;
- 05/2015 – 03/2016 – Gerente de Controladoria Financeira da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU);
- 11/2013 – 04/2015 – Diretor Administrativo Financeiro da EMTU;
- 03/2005 – 10/2013 - Gerente de Controladoria Financeira da EMTU;
- 05/2002 – 03/2005 – Especialista na EMTU;
- 05/1994 – 05/2002 – Analista Econômico Financeiro na EMTU;
- 12/1992 – 04/1994 – Assistente Contábil na White Martins Gases Industriais S.A.;
- 07/1991 – 12/1992 – Escriturário da Unimed Cooperativa de Trabalhos Médicos;
- 09/1998 – 01/1990 – Escriturário do Banco Real S.A.

#### **Fernanda Montenegro de Menezes Rizek**

- Graduada em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Colaboradora no Programa da Pós Graduação Lato Sensu da Universidade Presbiteriana Mackenzie: Especialização em Direito Empresarial. Foi Chefe de Gabinete da Secretaria de Ensino Superior do Governo do Estado de São Paulo, Assessora do Gabinete da Secretaria de Estado da Educação e da Assessoria Especial de Assuntos Estratégicos - Gabinete do Governador. É Assessora do Gabinete da Secretaria de Energia do Estado de São Paulo. Atua na área de Direito, com ênfase em Direito Público.

#### **Pedro Henrique Giocondo Guerra**

- Formação: Direito – Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, 2011;
- 05/2013 até a presente data – Assessor Especial do Governador;
- 02/2013 a 04/2013 – Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo, Assistente Técnico II;
- 2012 a 2013 – Escola de administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, Assistente Editorial, Pesquisador em projeto encomendado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) à EAESR sobre burocracia, democracia e políticas públicas, a partir do estudo do PAC 1, Monitor – Disciplina de Teoria Política do curso de graduação em Administração Pública e Governo da EAESP, Pesquisador – pesquisa sobre percepção dos gestores públicos em relação à atuação da Controladoria Geral da União (CGU) nas

entidades da administração pública federal, direta e indireta, no Brasil em perspectiva comparada;

- 2013 a 2014 - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas Monitor – Curso de Direito da Infraestrutura do programa de pós-graduação da Escola de Direito de São Paulo da FGV;
- 2012 – Pesquisador da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, pesquisa da DireitoGV sobre o padrão decisório do Tribunal Federal em sede recursal;
- 2013 – Sociedade Brasileira de Direito Público (SBDP) – Monitor do curso de Direito Administrativo;
- 07/2011 a 02/2012 – Barbosa & Spalding Advogados, Consultor Associado;
- 2010 a 2011 – Wald e Associados Advogados, Estagiário;
- 01/2009 – Instituto ProBono, estagiário.

#### **Marco Antonio Castelo Branco de Oliveira**

- Formado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica de São Paulo. Coordenador do Fórum Náutico Sudeste, desde 2016;
- Membro do Conselho Estadual de Turismo, 2015;
- Membro do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista, desde 2015;
- Membro do Conselho Estadual do Meio Ambiente, desde 2015;
- Secretário Executivo do Conselho de Política Energética, desde 2015; Coordenador do Fórum Náutico Paulista, desde 2013;
- Coordenador da Comissão Multidisciplinar de Acompanhamento Permanente do Programa SP em Busca das Crianças e Adolescentes Desaparecidos, desde 2012;
- Chefe de Gabinete da Secretaria de Energia e Mineração do Estado de SP, desde fevereiro 2015;
- Secretário Particular e Assessor Especial do Governador de SP, 2012-2015;
- Presidente da Associação Nacional dos Secretários e Dirigentes de Turismo das Capitais, 2008-2011;
- Membro do Conselho Nacional de Turismo, 2010-2011;
- Conselheiro da Câmara Empresarial de Turismo da Federação do Comércio de SP, 2010 - 2011;
- Diretor da SP Turismo, 2008-2011;
- Presidente da IPETURIS, 2006-2008;
- Conselheiro do COMTUR, 2008-2009;
- Secretário Executivo Desenvolvimento Regional do Governo do Estado de SP, da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, 2003-2006;
- Presidente da Telecomunicações de São Paulo S.A., 1992-1993;
- Secretário de Planejamento e Coordenação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, 1988-1990;
- Diretor de Industrialização e Comercialização do extinto Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, 1987-1988;
- Secretário de Estado do Governo de São Paulo para Assuntos Políticos, governo Franco Montoro;

- Diretor da Companhia de Telecomunicações do Estado de São Paulo – COTESP, governo Abreu Sodré;
- Chefe de Relações Públicas da Associação Comercial de São Paulo, 1965.

### **Wagner Montoro Junior**

- Formado em Engenharia Civil pela Escola de Engenharia da Universidade Santa Úrsula no Rio de Janeiro - 1982.
- Mestrado em Economia Empresarial pelo IBEMEC - 2004;
- Pós-graduação em Finanças Corporativas pela FGV e Pós-graduação em Administração Pública, também pela FGV – 1996/1998;
- Participou do Minerva Program e do Minerva Alumni Program, como aluno da George Washington University, nos Estados Unidos - 2009 e 2012;
- Na Diretoria Financeira e de Relação com Investidor da Eletrobrás, exerceu os cargos:
  - Chefe do Departamento de Administração de Investimentos de 2003 a 2004;
  - Chefe da Divisão de análise de Empresas de 2004 a 2005;
  - Chefe da Divisão de Análise de Investimentos em 2005 a 2006;
  - Chefe da Divisão de Estudos Econômicos até final de 2006 a 2007;
  - Chefe do Departamento de Administração de Investimentos de 2007 a 2016;
  - Assessor da Diretoria Financeira e de Relação com Investidor desde janeiro/2017.

### **André Luis Grotti Clemente**

- Economista, formado pela Universidade Estadual de Campinas/SP. Pós-Graduado em Economia do Setor Público pela Universidade de São Paulo - USP e mestre em Economia pela mesma Universidade.
- Assessor Fiscal no Gabinete do Secretário da Fazenda de São Paulo desde 08/05/2012.

### **Paola Sanchez Vallejo de Moraes Forjas**

- Formação: Direito – Faculdades Metropolitanas Unidas FMU - 1995/1999, Pós Graduação Lato Sensu em Direito Público - Escola Superior do Ministério Público - 2006/2008 e Pós Graduação Lato Sensu em Marketing - Escola Superior de Propaganda e Marketing - 2007/2009;
- Desde jun/13 - Companhia Energética de São Paulo - Assessora Executiva;
- abril/ 2011 à junho/2013 - Secretaria de Energia do Estado de São Paulo - Assessora Técnica de Gabinete;
- junho/2007 à abril/2011 - Tubos Ebro Ltda. - Assistente de Diretoria;
- janeiro/2004 à dezembro/2006 - Complexo Jurídico Damásio de Jesus - Responsável pelo Departamento de Relações Nacionais e Internacionais e Assessora Direta da Presidência;
- setembro/1998 à agosto/2001 - Forjaz Neto Advocacia - Advocacia nas áreas cível, trabalhista e tributária;
- junho/1997 à agosto/1998 - Maida Silvestri e Mônica Rezende Advogadas Associadas - Estágio na área jurídica - Área cível.

### **Mario Sergio de Almeida**

- Graduação: Engenheiro Mecânico - Industrial – 1983, Universidade Metodista de Piracicaba;
- Pós Graduação: Engenharia de Segurança Trabalho – 2005, Faculdade de Engenharia de Sorocaba;
- (09/1985 a 11/2001) - empresa Studio Representações Alimentos Ltda.  
Função - Sócio gerente;
- (05/1988 a 06/2006) - empresa Almeida Máquinas Agrícolas Ltda.  
Função - Sócio gerente;
- (1992 a 1998) - Presidente Sindicato Comércio Varejista de Itapetininga;
- (1993 a 2014) - Diretor da Federação do Comércio do Estado de São Paulo;
- (03/2007 a 03/2010) - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo  
Função - Chefe Gabinete Deputado Estadual Edson Giriboni;
- (03/2010 a 01/2011) - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo  
Função- Chefe Gabinete da Liderança do Partido Verde (PV);
- (01/2011 a 05/2014) - Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo  
Função - Chefe gabinete;
- (05/2014 a 01/2015) - Secretaria de Energia do Estado de São Paulo  
Função - Chefe Gabinete;
- (01/2015 a 02/2018) - Secretaria de Energia e Mineração do Estado de São Paulo  
Função- Assessor de Relações Institucionais.

### **Silvia Maria de Lisboa**

- 1986-1989 Empresa Paulista de Planejamento Metropolitana S.A. - Emplasa, Estagiária;
- 1989-1992 Prefeitura do Município de São Paulo, Administração Regional de Santo Amaro, Assistente Técnico (Assessoria Técnica do Gabinete do Administrador da Região de Santo Amaro, Gerenciamento junto à Supervisão de Uso e Ocupação do Solo, Coordenação do Projeto de Reurbanização e Revitalização do Centro de Santo Amaro em parceria com a Emurb, Membro da Comissão de Estudo da Portaria de Demarcação da Linha de Proteção aos Mananciais, Responsável pela Implantação da Coleta Seletiva na Região de Santo Amaro, bem como em equipamentos sociais);
- 1993 - 2004 - Governo do Estado de São Paulo Secretaria de Agricultura e Abastecimento, Assistente Técnico da Administração Pública (Programa São Paulo Vidalimento, instituído pelo Decreto 37.739 - 27.10.93, Programa Campo/Cidade - Leite, instituído pelo Decreto 40.036 - 05.04.95, Projeto Estadual do Leite - Vivaleite, instituído pelo Decreto 44.569 - 22.12.99, Projeto Alimenta São Paulo, instituído pelo Decreto 44.801 - 27.03.00, Projeto Vivaleite para Idosos, instituído pelo Decreto 45.014 - 28.06.00, Projeto Restaurante Bom Prato, instituído pelo Decreto 45.547 - 26.12.00, Todos os projetos são desenvolvidos a partir da parceria com 3.800 entidades da sociedade civil sem fins lucrativos na Região Metropolitana e, no Interior, por meio de convênios firmados entre a Secretaria de Agricultura e Abastecimento e as respectivas Municipalidades. Abrangem, em sua totalidade, aproximadamente 1.000.000 de

beneficiários. Gerenciamento da execução dos projetos ao longo de todo o período de forma contínua e sistemática, desenvolvendo suas atividades e atribuições nas funções de Assistente Técnica de Direção, Diretora do Departamento de Abastecimento e Coordenadora de Desenvolvimento dos Agronegócios);

- 2005 - Prefeitura do Município de São Paulo - Subprefeitura de Pinheiros, Coordenadora de Ação e Desenvolvimento Social (Responsável pela implantação e execução de políticas públicas de inclusão e promoção nas áreas de Assistência Social, Trabalho, Segurança Alimentar, Esporte, Lazer, Cultura, Educação Ambiental e Atendimento Habitacional Emergencial, através de ações próprias e integradas no âmbito da Subprefeitura);
- 2006 - Governo do Estado de São Paulo - Secretaria de Economia e Planejamento, Assistente Técnico (Monitoramento da Carteira dos Projetos Estratégicos do Governo de São Paulo, com as seguintes atribuições: Monitorar a alocação do recurso orçamentário conforme a programação dos projetos; atuar em conjunto com a Secretaria da Fazenda para garantir um fluxo de recursos compatível com o andamento de cada projeto; assessorar na negociação dos Compromissos de Resultados; assessorar na interlocução com outros órgãos de Governo para garantir o cumprimento das metas estabelecidas; subsidiar tecnicamente a gerência na superação de restrições que possam ocorrer na implementação do projeto; Membro do Conselho Fiscal da Dersa - Desenvolvimento Rodoviário S.A e suplente do Conselho Fiscal da Codasp - Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo; Participação nos Grupos de Trabalho que desenvolvem os seguintes programas e projetos: Redesenho do PPA - Plano Plurianual do Estado, Sigplan - Sistema de Informações Geográficas para o Planejamento Metropolitano e do GIP - Gestão Integrada e Participativa).
- 2007- 2011 - Governo do Estado de São Paulo - Secretaria de Gestão Pública, Assistente de Coordenador (Diretoria de Racionalização Administrativa - Acompanhamento de projetos de modernização e reestruturação de departamentos e estruturas governamentais, destacando a Coordenação do projeto de Modernização do Detran - Departamento de Transito do Estado de São Paulo; Membro da Comissão organizadora do Prêmio Mário Covas nos anos de 2008/2009/2010; Desenvolvimento e implementação da reestruturação da própria Secretaria de Gestão Pública na implantação da Diretoria de Racionalização Administrativa);
- 2011- 2015 - Governo do Estado de São Paulo - Secretaria de Logística e Transporte, Assessora Técnica (Coordenadora do Grupo Setorial de Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas - Membro do Grupo de Acompanhamento e Monitoramento de Contratos, Membro do Conselho da Secretaria de Turismo e do CEDATT - Conselho Estadual para Diminuição dos Acidentes de Transito e Transportes; Participação no Grupo de Trabalho do Programa de Segurança Viária; Função de Coordenar as atividades desenvolvidas setorialmente e as diretrizes gerais definidas no âmbito da Secretaria de Planejamento e da Secretaria da Fazenda, contribuindo para o fortalecimento da capacidade de planejamento e de gestão de políticas públicas, bem como para garantir a execução orçamentária das unidades).

### Helena Lopes Basil

- Eletrobras (Dez/2016 até o momento) – Gerente de Operações Financeiras
  - Gerenciar as atividades de tesouraria, contas a pagar e a receber,
  - Administrar o fluxo de caixa e aplicação de recursos financeiros.
- Eletrobras (Dez/06 – Nov/16) – Gerente da Divisão de Tesouraria
  - Manter relacionamento com bancos e instituições financeiras,
  - Providenciar a realização de todos os pagamentos,
  - Monitorar o demonstrativo diário de entradas e saídas de recursos de contas correntes,
  - Administrar a participação em leilões de câmbio,
  - Providenciar a conciliação bancária associadas às contas correntes.
- Eletrobras (Mar/04 – Nov/06) – Analista
  - Monitorar e realizar faturamento da carteira de empréstimos concedidos.
- Centro Brasileiro de Infra Estrutura (Jan/00 – Fev/04) – Analista
  - Realizar pesquisas no setor de energia.
- SR Rating (Mar/96 – Dez/99) – Analista
  - Analisar a carteira de clientes instituições financeiras.

**b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:**

*i. qualquer condenação criminal*

*ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas*

*i. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer*

Os Conselheiros de Administração e Fiscal declaram que não há qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou, condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

**12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.**

Membros do Conselho de Administração (exercício 2017)	Total de reuniões realizadas pelo respectivo órgão desde a posse	% de participação do membro nas reuniões realizadas após a posse
Mario Engler Pinto Junior– Presidente	06	83,3%
Jairo Klepacz- Conselheiro (Conselheiro Independente)	06	100,0%
Rita Joyanovic- Conselheira (eleita por controlador)	06	100,0%
Carlos Antonio Luque - Conselheiro (eleito por controlador)	06	100,0%

Marcio Rea - Conselheiro (eleito por controlador)	11	100,0%
Nelson Luiz Rodrigues Nucci - Conselheiro (eleito por controlador)	11	90,9%
Luiz Carlos Ciocchi - Conselheiro (eleito por controlador)	11	100,0%
Zevi Kann - Conselheiro (eleito por controlador)	11	81,8%
Ronaldo Garcia Barboza - Conselheiro (eleito preferencialista)	11	90,9%
Ricardo Vassão dos Santos - Conselheiro (representante dos empregados)	11	100,0%

<b>Membros do Conselho Fiscal (exercício 2017)</b>	<b>Total de reuniões realizadas pelo respectivo órgão desde a posse</b>	<b>% de participação do membro nas reuniões realizadas após a posse</b>
<b>Efetivo</b>		-
Fabio Bernacchi Maia (eleito por controlador)	8	100%
João Carlos de Souza Meirelles (eleito por controlador)	8	0%
Fernanda Montenegro de Menezes Rizek (eleita por controlador)	8	100%
Pedro Henrique Giocondo Guerra (eleito por controlador)	6	100%
Wagner Montoro Junior (eleito preferencialista)	8	100%
<b>Suplente</b>		
André Luiz Grotti Clemente (eleito por controlador)	8	0
Marco Antonio Castello Branco (eleito por controlador)	8	100%
Paola Sanches Vallejo de Moraes Forjaz (eleita por controlador)	8	0
David Polessi de Moraes (eleito por controlador)	8	0
Luiz Eduardo dos Santos Monteiro (eleito preferencialista)	8	0

**12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.**

<b>Membros do Comitê de Elegibilidade (exercício 2017)</b>	<b>Total de reuniões realizadas pelo respectivo órgão desde a posse</b>	<b>% de participação do membro nas reuniões realizadas após a posse</b>
Antônio Fazzani Bina	2	100%
Almir Fernando Martins	2	100%
Cláudio Tucci Junior	2	100%

**12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:**

*a. administradores do emissor*

*b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor*

*c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor*

*d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor*

Não aplicável, por não existir relação conjugal, união estável ou grau de parentesco até o segundo grau entre administradores da Empresa, controladas e controladores.

**12.10. Informações sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores e conselheiros fiscais da companhia e:**

- a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social:  
 b) controlador direto ou indireto da companhia:

Identificação	CPF/CNPJ	Cargo/Função	Pessoa Relacionada	CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Fabio Bernacchi Maia	132.883.768-81	Conselheiro Fiscal	Cosesp - Companhia De Seguros Do Estado De São Paulo	62.088.042/0001-83	Subordinação	Controlador Direto
		Gerente de Controladoria Financeira	Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos - EMTU	58.518.069/0001-91	Subordinação	Controlador Direto
Fernanda Montenegro de Menezes Rizek	310.776.268-78	Assessora Executiva	CESP – Companhia Energética de São Paulo	60.933.603/0001-78	Subordinação	Controlador Direto
Pedro Henrique Giocondo Guerra	062.410.749-38	Assessor Técnico de Gabinete	Secretaria de Governo	46.393.500/0005-65	Subordinação	Controlador Direto
Marco Antonio Castelo Branco de Oliveira	036.913.498-20	Conselheiro Fiscal	CESP – Companhia Energética de São Paulo	60.933.603/0001-78	Subordinação	Controlador Direto
André Luis Grotti Clemente	261.955.328-86	Agente Fiscal de Rendas	Secretaria da Fazenda	46.377.222/0002-00	Subordinação	Controlador Direto
Paola Sanchez Vallejo de Moraes Forjas	280.992.588-78	Assessora Executiva	CESP – Companhia Energética de São Paulo	60.933.603/0001-78	Subordinação	Controlador Direto
Mario Sergio de Almeida	020.817.038-31	Assistente	SABESP - Companhia de	43.776.517/0001-80	Subordinação	Controlador

		Executivo de Direto	Saneamento Básico do Estado de São Paulo			Direto
Silvia Maria de Lisboa	085.549.288-06	Conselheira Fiscal	CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo	437.764.910.001-70	Subordinação	Controlador Direto
		Assistente Administrativa	Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp	62.577.929/0001-35	Subordinação	Controlador Direto

**c) dados de fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:**

Não há influência relevante de fornecedor, cliente, devedor ou credor no âmbito na companhia.

**d) dados de fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:**

Não há influência relevante de fornecedor, cliente, devedor ou credor no âmbito na companhia.

## **V. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL, CONFORME ARTIGO 13 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/2009**

### **13.1 Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária**

#### **a. objetivos da política ou prática de remuneração**

A remuneração dos administradores da EMAE (conselheiros e diretores) e dos membros do Conselho Fiscal é estabelecida de acordo com as diretrizes do Governo do Estado de São Paulo, acionista controlador da Companhia, por meio do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC, e estão sujeitas à aprovação em assembleia geral.

A remuneração dos administradores leva em conta suas responsabilidades, tempo dedicado às suas funções, competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado, com a utilização de paradigmas de gestão privada e de governança corporativa. Por outro lado, são observadas, na fixação da remuneração dos Diretores estatutários, as limitações legais decorrentes do teto fixado para o Governador do Estado. Excetua-se deste teto, a remuneração de Diretor eleito e que seja empregado da EMAE, o qual poderá optar pela remuneração do Plano de Cargos e Salários da Companhia.

Estabelecida a remuneração dos Diretores estatutários, conforme política e prática acima descrita, a remuneração dos conselheiros é fixada em percentuais aplicados sobre a remuneração destes diretores, sendo 30% para membros do Conselho de Administração e 20% para membros do Conselho Fiscal.

Conforme comentado, a Diretoria Executiva pode ser composta por diretores estatutários e não estatutários (empregados). Os diretores estatutários tem sua remuneração composta de honorários, bônus, abono anual (13º salário), adicional de 1/3 sobre os honorários a título de férias e benefícios. O diretor não estatutário pode optar por manter os vencimentos previstos na estrutura salarial da Companhia, sendo sua remuneração composta de salário, gratificação de função, gratificação de férias prevista em Acordo Coletivo, Gratificação de Natal (13º salário) e participação nos resultados (PRR).

Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal têm a remuneração composta de honorários e Gratificação anual.

#### **b. composição da remuneração, indicando:**

- i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles.**

- Remuneração fixa: honorários mensais aplicáveis aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva.

*Os objetivos são reconhecer e refletir o valor do cargo internamente (empresa) e externamente (mercado de trabalho) em consonância com as diretrizes do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC.*

- Bônus: aplicáveis aos diretores estatutários  
*O objetivo é remunerar os diretores estatutários pelo resultado e distribuição de dividendos aos acionistas, ainda que sob a forma de juros sobre capital próprio. A distribuição de bônus é limitada a 6 (seis) vezes o valor da remuneração mensal e a 10% do montante total dos dividendos ou juros sobre capital próprio pagos pela Companhia, prevalecendo o que for menor.*
- Participação nos resultados (PRR): aplicáveis somente ao empregado que ocupe função de Diretor quando este fizer opção pelos vencimentos da estrutura salarial da Companhia, conforme item 13.1 a.  
*A PRR é estruturada em um conjunto de metas a serem atingidas pelos empregados durante o ano. Os valores relacionados a esse programa são distribuídos após apuradas as metas e submetidas à aprovação final do Conselho de Administração, sendo depois encaminhados para conhecimento do CODEC.*
- Gratificação anual: aplicável aos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Estatutária.  
*Trata-se do pagamento de uma gratificação equivalente a um honorário mensal, calculado “pro rata temporis”, no mês de dezembro de cada ano, com o objetivo de estabelecer similaridade com o décimo terceiro salário do regime trabalhista, uma vez que o vínculo mantido com os membros do Conselho de Administração, Fiscal e Diretoria Estatutária é de natureza estatutária. No caso de diretor não estatutário, optante pela estrutura salarial da Companhia, há o pagamento do décimo terceiro salário na mesma época dos demais empregados.*
- Benefícios: aplicáveis somente à Diretoria Executiva.  
*Sendo concedido aos diretores estatutários vale refeição, assistência médica hospitalar e odontológica e descanso anual de 30 dias corridos (com característica de licença remunerada), com pagamento de adicional correspondente a um terço dos honorários mensais. Os benefícios concedidos aos diretores não estatutários são os previstos em Acordo Coletivo de Trabalho.*

**ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total.**

	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretores Estatutários
Remuneração fixa/Grat. Anual	100,00%	100,00%	62,83%
Bônus (*)	N/A	N/A	29,00%
Participação no resultados (*)	N/A	N/A	N/A
Benefícios	N/A	N/A	8,71%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

**iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração.**

Compete ao CODEC orientar o voto do Estado, acionista controlador, nas assembleias que fixam o montante da remuneração dos administradores estatutários e dos conselheiros fiscais, bem como definir os benefícios de qualquer natureza. No caso de diretor não estatutário, o reajuste está submetido aos ditames previstos na CLT e nos Acordos Coletivos de Trabalho firmados com as Entidades Representativas dos Trabalhadores (Sindicatos), quando optar por esse regime.

**iv. razões que justificam a composição da remuneração.**

A adoção é justificada pela valorização profissional dos diretores, que se traduz em fortalecimento da governança corporativa da empresa, incentivando o bom desempenho pessoal e valorizando suas responsabilidades, tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

A atuação dos conselheiros de administração pressupõe mobilização permanente para acompanhar as atividades da companhia e entender o mercado em que ela se insere. Com o avanço do conceito de governança corporativa, é exigida participação ativa e propositiva em relação aos negócios sociais.

**v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato**

Não existem membros nesta condição.

**c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.**

Para estabelecimento da remuneração fixa e do abono anual, o CODEC leva em consideração a responsabilidade, competência, reputação profissional, o tempo dedicado ao exercício das funções e o valor dos serviços no mercado.

As condições para determinação do valor do bônus aos diretores estatutários são a apuração de lucro e a distribuição de dividendos obrigatórios aos acionistas.

As condições para determinação do valor da participação nos resultados aos diretores não estatutários decorrem do diretamente no atingimento de metas definidas com as entidades representativas (sindicatos) dos empregados. Compete ao CODEC, acompanhar as metas propostas.

**d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho.**

A remuneração fixa é estabelecida pelo Acionista Controlador, baseando-se em valores de mercado e é igual para todo corpo diretivo estatutário. A remuneração variável é baseada no conceito de participação nos resultados, para o qual são definidas metas para o desempenho da Empresa, cujo atingimento resulta em prêmio, dentro dos limites estabelecidos para cada programa, tanto para os diretores estatutários como para os não estatutários. Não existem metas individuais.

**e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo.**

A política de remuneração se alinha aos interesses da Companhia na medida em que propicia o recrutamento e a manutenção de profissionais externos ao respectivo quadro de pessoal, dotados de competência, experiência e motivação necessários ao exercício da função diretiva, com reflexos no desempenho empresarial da Companhia.

**f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.**

Não houve remuneração suportada por subsidiária.

**g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.**

Não aplicável.

### 13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2018- Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	11	4	5	20,00
<b>Remuneração fixa</b>				0,00
Salário ou pró-labore	907.092,45	1.127.917,36	274.876,50	2.309.886,31
Benefícios diretos e Participações em Outros		139.292,40		139.292,40
	181.418,49	315.816,86	54.975,30	552.210,65
Descrição de outras remunerações fixas	INSS EMPREGADOR	INSS/FGTS EMPREGADOR	INSS EMPREGADOR	
<b>Remuneração</b>				
Bônus		654.663,17		654.663,17
Participação de Participação em Comissões Outros				0,00
				0,00
				0,00
				0,00
Descrição de outras remunerações variáveis		INSS/FGTS EMPREGADOR.		
<b>Pós-emprego</b>	0	0	0	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0	0	0	0,00
<b>Baseada em ações</b>	0	0	0	0,00
<b>Observação</b>	Os números de membros de cada órgão foram apurados de acordo com o especificado no Ofício Circular CVM/SEP nº 02/2018. O percentual de encargos de INSS Empregador é de 20%.	Os números de membros de cada órgão foram apurados de acordo com o especificado no Ofício Circular CVM/SEP nº 02/2018. Os benefícios lançados são relativos à Assistência Médica e Vale Refeição. O percentual de encargos de INSS e FGTS empregador é de 28%.	Os números de membros de cada órgão foram apurados de acordo com o especificado no Ofício Circular CVM/SEP nº 02/2018. O percentual de encargos de INSS empregador é de 20%.	
<b>Total da remuneração</b>	1.088.510,94	2.237.689,79	329.851,80	3.656.052,53

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,5	3,75	5	16,25
<b>Remuneração fixa</b>				0,00
Salário ou pró-labore	669.175,00	1.033.503,50	253.256,99	1.955.935,49
Benefícios direto e	0	136.256,78	0	136.256,78
Participações em	0	0	0	0,00
Outros	133.835,00	289.380,98	50.651,40	473.867,38
Descrição de outras remunerações fixas	INSS EMPREGADOR	INSS/FGTS EMPREGADOR	INSS EMPREGADOR	
<b>Remuneração</b>				
Bônus	0	474.393,60	0	474.393,60
Participação de	0	0	0	0,00
Participação em	0	0	0	0,00
Comissões	0	0	0	0,00
Outros	0	0	0	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis		INSS/FGTS EMPREGADOR.		
<b>Pós-emprego</b>	0	0	0	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0	0	0	0,00
<b>Baseada em ações</b>	0	0	0	0,00
<b>Observação</b>	Os números de membros de cada órgão foram apurados de acordo com o especificado no Ofício Circular CVM/SEP nº 02/2017. O percentual de encargos de INSS Empregador é de 20%.	Os números de membros de cada órgão foram apurados de acordo com o especificado no Ofício Circular CVM/SEP nº 02/2017. Os benefícios lançados são relativos à Assistência Médica e Vale Refeição. O percentual de encargos de INSS e FGTS empregador é de 28%.	Os números de membros de cada órgão foram apurados de acordo com o especificado no Ofício Circular CVM/SEP nº 02/2017. O percentual de encargos de INSS empregador é de 20%.	
<b>Total da remuneração</b>	803.010,00	1.933.534,86	303.908,39	3.040.453,24

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	15	4	5	24,00
<b>Remuneração fixa</b>				
Salário ou pró-labore	1.204.515,00	1.098.130,59	267.670,00	2.570.315,59
Benefícios direto e	0	98.752,80	0	98.752,80
Participações em	0	0	0	0,00
Outros	240.903,00	307.476,56	53.534,00	601.913,56
Descrição de outras remunerações fixas	INSS EMPREGADOR	INSS/FGTS EMPREGADOR	INSS EMPREGADOR	
<b>Remuneração</b>				
Bônus	0	632.524,80	0	632.524,80
Participação de	0	0	0	0,00
Participação em	0	0	0	0,00
Comissões	0	0	0	0,00
Outros	0	0	0	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis		INSS/FGTS EMPREGADOR.		
<b>Pós-emprego</b>	0	0	0	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0	0	0	0,00
<b>Baseada em ações</b>	0	0	0	0,00
<b>Observação</b>	Os números de membros de cada órgão foram apurados de acordo com o especificado no Ofício Circular CVM/SEP nº 02/2016. O percentual de encargos de INSS Empregador é de 20%.	Os números de membros de cada órgão foram apurados de acordo com o especificado no Ofício Circular CVM/SEP nº 02/2016. Os benefícios lançados são relativos à Assistência Médica e Vale Refeição. O percentual de encargos de INSS e FGTS empregador é de 28%.	Os números de membros de cada órgão foram apurados de acordo com o especificado no Ofício Circular CVM/SEP nº 02/2016. O percentual de encargos de INSS empregador é de 20%.	
<b>Total da remuneração</b>	1.445.418,00	2.136.884,75	321.204,00	3.903.506,75

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2015 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	11,42	1,92	5	18,34
<b>Remuneração fixa</b>				
Salário ou pró-labore	916.769,75	480.090,16	267.326,83	1.664.186,74
Benefícios direto e				0,00
Participações em	0	92.050,16	0	92.050,16
Outros	0	0	0	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	183.353,95	134.425,24	53.465,37	371.244,56
<b>Remuneração</b>				0,00
Bônus	INSS EMPREGADOR	INSS/FGTS EMPREGADOR	INSS EMPREGADOR	
Participação de				
Participação em	0	0	0	0,00
Comissões	0	0	0	0,00
Outros	0	0	0	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	0	0	0	0,00
<b>Pós-emprego</b>	0	0	0	0,00
<b>Cessação do cargo</b>				
<b>Baseada em ações</b>	0	0	0	0,00
<b>Observação</b>	Os números de membros de cada órgão foram apurados de acordo com o especificado no Ofício Circular CVM/SEP nº 02/2016. O percentual de encargos de INSS Empregador é de 20%.	Os números de membros de cada órgão foram apurados de acordo com o especificado no Ofício Circular CVM/SEP nº 02/2016. Os benefícios lançados são relativos à Assistência Médica e Vale Refeição. O percentual de encargos de INSS e FGTS empregador é de 28%.	Os números de membros de cada órgão foram apurados de acordo com o especificado no Ofício Circular CVM/SEP nº 02/2016. O percentual de encargos de INSS empregador é de 20%.	0,00
<b>Total da remuneração</b>	1.100.123,70	706.565,56	320.792,20	2.127.481,46

### 13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

(Valores em R\$)

#### Remuneração variável prevista para o exercício social corrente 2018 - valores anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	11	4	5	24
Bônus	11	4	0	20
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	654.663,17	N/A	654.663,17
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	654.663,17	N/A	654.663,17
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A

- O Bônus é devido desde que a companhia efetivamente apure lucro e distribua aos acionistas o dividendo obrigatório.
- O valor anual do Bônus não pode ultrapassar seis vezes a remuneração mensal da Diretoria, nem 10% do montante total dos dividendos ou juros sobre o capital próprio pagos pela companhia, prevalecendo o que for menor, mesmo se superadas as metas.
- A partir de 2012 o conselho de administração deixou de fazer jus ao Bônus anual destinado a Administração.

(Valores em R\$)

**Remuneração variável - exercício social corrente 2017 - valores anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,5	3,75	5	16,25
Bônus	0	3,75	0	3,75
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A

- O Bônus é devido desde que a companhia efetivamente apure lucro e distribua aos acionistas o dividendo obrigatório.
- O valor anual do Bônus não pode ultrapassar seis vezes a remuneração mensal da Diretoria, nem 10% do montante total dos dividendos ou juros sobre o capital próprio pagos pela companhia, prevalecendo o que for menor, mesmo se superadas as metas.
- A partir de 2012 o conselho de administração deixou de fazer jus ao Bônus anual destinado a Administração.

(Valores em R\$)

**Remuneração variável - exercício social corrente 2016 - valores anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	15	4	5	24,00
Bônus	0	4	0	4,00
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	0,00	N/A	0,00
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A

- O Bônus é devido desde que a companhia efetivamente apure lucro e distribua aos acionistas o dividendo obrigatório.
- O valor anual do Bônus não pode ultrapassar seis vezes a remuneração mensal da Diretoria, nem 10% do montante total dos dividendos ou juros sobre o capital próprio pagos pela companhia, prevalecendo o que for menor, mesmo se superadas as metas.
- A partir de 2012 o conselho de administração deixou de fazer jus ao Bônus anual destinado a Administração.

(Valores em R\$)

**Remuneração variável - exercício social corrente 2015 - valores anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	11,42	1,92	5	18,34
Bônus	0	1,92	0	1,92
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor efetivamente reconhecido	N/A	0,00	N/A	0,00
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A

- O Bônus é devido desde que a companhia efetivamente apure lucro e distribua aos acionistas o dividendo obrigatório.
- O valor anual do Bônus não pode ultrapassar seis vezes a remuneração mensal da Diretoria, nem 10% do montante total dos dividendos ou juros sobre o capital próprio pago pela companhia, prevalecendo o que for menor, mesmo se superadas as metas.
- A partir de 2012 o conselho de administração deixou de fazer jus ao Bônus anual destinado a Administração.

### 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Não há remuneração baseada em ações.

### 13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

#### Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2018)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	11	4
Nº de membros remunerados	-	-
Preço médio ponderado de exercício:	-	-
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	-
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	-
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	-

#### Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2017

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,5	3,75
Nº de membros remunerados	-	-
Preço médio ponderado de exercício:	-	-
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	-
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	-
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	-

**Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2016**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	15	4
Nº de membros remunerados	-	-
Preço médio ponderado de exercício:	-	-
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	-
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	-
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	-

**Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2015**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	11,42	1,92
Nº de membros remunerados	-	-
Preço médio ponderado de exercício:	-	-
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	-
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	-
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	-

**Para cada outorga que é reconhecida no resultado dos 3 (três) últimos exercícios sociais e do exercício social corrente (2018)**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Outorga de opções de compras de ações	-	-
Data de outorga	-	-
Quantidade de opções outorgadas	-	-

Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Valor justo das opções na data da outorga	-	-

**Para cada outorga que é reconhecida no resultado dos 3 (três) últimos  
 exercícios sociais e do exercício social corrente**

**2017**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Outorga de opções de compras de ações	-	-
Data de outorga	-	-
Quantidade de opções outorgadas	-	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Valor justo das opções na data da outorga	-	-

**Para cada outorga que é reconhecida no resultado dos 3 (três) últimos  
 exercícios sociais e do exercício social corrente**

**2016**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Outorga de opções de compras de ações	-	-
Data de outorga	-	-
Quantidade de opções outorgadas	-	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Valor justo das opções na data da outorga	-	-

**Para cada outorga que é reconhecida no resultado dos 3 (três) últimos  
 exercícios sociais e do exercício social corrente**

**2015**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Outorga de opções de compras de ações	-	-
Data de outorga	-	-
Quantidade de opções outorgadas	-	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Valor justo das opções na data da outorga	-	-

**13.6 - Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo**

Não há remuneração baseada em ações.

**Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária**

**Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2017**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>Nº total de membros</b>	7,5	3,75
<b>Nº de membros remunerados</b>	0	0
<b>Opções ainda não exercíveis</b>	-	-
Quantidade	-	-
Data em que se tornarão exercíveis	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-
<b>Opções exercíveis</b>	-	-
Quantidade	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	-	-

**Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2016**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>Nº total de membros</b>	7,5	3,75
<b>Nº de membros remunerados</b>	-	-
<b>Opções ainda não exercíveis</b>	-	-
Quantidade	-	-
Data em que se tornarão exercíveis	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-

<b>Opções exercíveis</b>	-	-
Quantidade	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	-	-

**Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2015**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>Nº total de membros</b>	11,42	1,92
<b>Nº de membros remunerados</b>	0	0
<b>Opções ainda não exercíveis</b>	-	-
Quantidade	-	-
Data em que se tornarão exercíveis	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-
<b>Opções exercíveis</b>	-	-
Quantidade	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	-	-

**13.7 - Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

Não há opções de ações.

**Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2017**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>Nº total de membros</b>	7,5	3,75
<b>Nº de membros remunerados</b>	0	0
<b>Opções ainda não exercíveis</b>	-	-
Quantidade	-	-
Data em que se tornarão exercíveis	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-
<b>Opções exercíveis</b>	-	-
Quantidade	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	-	-

**Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2016**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>Nº total de membros</b>	7,5	3,75
<b>Nº de membros remunerados</b>	0	0
<b>Opções ainda não exercíveis</b>	-	-
Quantidade	-	-
Data em que se tornarão exercíveis	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-
<b>Opções exercíveis</b>	-	-
Quantidade	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-

Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	-	-

**Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2015**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>Nº total de membros</b>	11,42	1,92
<b>Nº de membros remunerados</b>	0	0
<b>Opções exercidas</b>	-	-
Número de ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	-
<b>Ações entregues</b>	-	-
Número de ações entregues	-	-
Preço médio ponderado de aquisição	-	-
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	-	-

**13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:**

Não há remuneração baseada em ações.

- a. modelo de precificação n/a
- b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco n/a
- a. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado n/a
- b. forma de determinação da volatilidade esperada n/a
- c. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo n/a

**13.9 - Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão**

Conselho de Administração – 1 ações preferenciais.

**13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários**

A empresa não oferece plano de previdência para os diretores estatutários ou membros dos conselhos.

a. órgão

Não aplicável

b. número de membros

Não aplicável

c. nome do plano

Não aplicável

d. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar

Não aplicável

e. condições para se aposentar antecipadamente

Não aplicável

f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

Não aplicável

g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

Não aplicável

h. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Não aplicável

a. órgão	Não aplicável
b. número de membros	Não aplicável
c. nome do plano	Não aplicável
d. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	Não aplicável
e. condições para se aposentar antecipadamente	Não aplicável
f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	Não aplicável
g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	Não aplicável
h. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Não aplicável

### 13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

#### Valores anuais remuneração(Reais)

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
<b>Nº de membros</b>	3,75	3,75	1,92	7,5	15	11,42	5	5	5
<b>Valor da maior</b>	3,75	3,75	1,92	7,5	15	11,42	5	5	5
<b>Valor da menor</b>	372.776,81	372.776,81	382.321,55	96.361,20	96.361,20	96.361,20	64.240,80	64.240,80	64.240,80
<b>Valor médio</b>	372.776,81	372.776,81	372.308,58	96.361,20	96.361,20	96.361,20	64.240,80	64.240,80	64.240,80

#### Observação

Diretoria Estatutária	
<b>31/12/2017</b>	Os valores se equivalem, pois os membros da Diretoria Estatutária tem a mesma remuneração individual. Para a determinação dos valores de máximo e mínimo foi excluída a remuneração dos membros que não exerceram suas funções nos 12 meses do ano.
<b>31/12/2016</b>	Os valores se equivalem, pois os membros da Diretoria Estatutária tem a mesma remuneração individual. Para a determinação dos valores de máximo e mínimo foi excluída a remuneração dos membros que não exerceram suas funções nos 12 meses do ano.
<b>31/12/2015</b>	Os valores se equivalem, pois os membros da Diretoria Estatutária tem a mesma remuneração individual. Para a determinação dos valores de máximo e mínimo foi excluída a remuneração dos membros que não exerceram suas funções nos 12 meses do ano.
Conselho de Administração	
<b>31/12/2017</b>	Os valores se equivalem, pois os membros do Conselho de Administração tem a mesma remuneração individual. Para a determinação dos valores de máximo e mínimo foi excluída a remuneração dos membros que não exerceram suas funções nos 12 meses do ano.
<b>31/12/2016</b>	Os valores se equivalem, pois os membros do Conselho de Administração tem a mesma remuneração individual. Para a determinação dos valores de máximo e mínimo foi excluída a remuneração dos membros que não exerceram suas funções nos 12 meses do ano.
<b>31/12/2015</b>	Os valores se equivalem, pois os membros do Conselho de Administração tem a mesma remuneração individual. Para a determinação dos valores de máximo e mínimo foi excluída a remuneração dos membros que não exerceram suas funções nos 12 meses do ano.
Conselho Fiscal	
<b>31/12/2017</b>	Os valores se equivalem, pois os membros do Conselho Fiscal tem a mesma remuneração individual. Para a determinação dos valores de máximo e mínimo foi excluída a remuneração dos membros que não exerceram suas funções nos 12 meses do ano.
<b>31/12/2016</b>	Os valores se equivalem, pois os membros do Conselho Fiscal tem a mesma remuneração individual. Para a determinação dos valores de máximo e mínimo foi excluída a remuneração dos membros que não exerceram suas funções nos 12 meses do ano.
<b>31/12/2015</b>	Os valores se equivalem, pois os membros do Conselho Fiscal tem a mesma remuneração individual. Para a determinação dos valores de máximo e mínimo foi excluída a remuneração dos membros que não exerceram suas funções nos 12 meses do ano.

**13.12 - Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor**

Não há mecanismos de remuneração ou indenização. Após cessação do exercício dos cargos de Diretoria, Conselho de Administração e Fiscal não há nenhum benefício para os ocupantes desses cargos.

**13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores**

	2017	2016	2015
<b>Conselho de Administração</b>	68,00%	80,80%	82,49%
<b>Diretores Estatutários</b>	N/A	N/A	N/A
<b>Conselho Fiscal</b>	80,00%	80,00%	80,00%

**13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam**

Não houve remuneração a quaisquer dos membros fora da função que ocupam.

**13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor**

Não há Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor.

**13.16 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações julgadas relevantes.